

## *Pobreza no Nordeste A década de 1990 vista de perto*

*Sônia Maria Rodrigues Rocha*

\* Economista

\* Ph.D. em Planejamento econômico pela  
Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne).

### *Resumo*

---

Este texto trata da evolução ocorrida na década de noventa no que concerne à incidência de pobreza no Nordeste, enfatizando a sua importância relativa no âmbito do país. Indicadores de pobreza do ponto de vista da renda mostram que a trajetória nordestina acompanhou a brasileira, mantendo, assim, a posição desfavorável da região no país que se verificava em 1992. No entanto, no que concerne ao acesso à infra-estrutura básica e à posse de bens duráveis, ocorreu no período 1992/99 uma melhoria mais acentuada no Nordeste do que no restante do país, além de redução das disparidades entre pobres e não-pobres. Houve, portanto, algum progresso relativo no bem-estar relativo das famílias pobres no Nordeste que não é captada pelos indicadores de rendimento per se. Em anexo apresenta resultados para 1999 e 2001 reponderados com base no Censo Demográfico.

### *Palavras-chave:*

---

Pobreza; Renda; Nordeste; Condições de Vida; Saneamento Básico; Brasil-Nordeste.

## 1 - INTRODUÇÃO

Desigualdade de rendimentos entre indivíduos e desigualdade de desenvolvimento entre regiões, têm sido duas marcas perversas da economia brasileira, que a evolução ocorrida no pós-guerra foi incapaz de mitigar. Apesar do crescimento econômico e das enormes transformações sociais ocorridas neste período, os progressos pífios na redução dessas duas desigualdades se manifestam pela permanência de elevada incidência de pobreza absoluta e pelas diferenças regionais na sua repartição.

Apesar de o processo de urbanização ter resultado na concentração de pobreza em torno das metrópoles, em particular as metrópoles primazes, a incidência de pobreza – qualquer que seja o critério adotado – tem indubitavelmente um caráter regional: ela continua a se apresentar de forma mais crítica no Nordeste, seja em função do tamanho absoluto do contingente populacional envolvido ou da sua importância relativa na população da região, seja pelas condições de vida particularmente adversas dos pobres nordestinos.

O objetivo deste texto é considerar a evolução ocorrida na década de 1990 no que concerne à incidência de pobreza no Nordeste, enfatizando a importância relativa da região no âmbito do país. Apesar do caráter multifacetado da pobreza, síndrome de carências diversas, optou-se por privilegiar a abordagem da renda. Onde a economia é essencialmente monetária, como no Brasil, pobreza pode ser, pelo menos como ponto de partida, entendida como insuficiência de renda. O procedimento habitual consiste em recorrer à renda das famílias como *proxy* do seu nível de bem-estar, já que a satisfação de necessidades básicas, principalmente aquelas no âmbito do consumo privado, depende da renda monetária. Como a autoprodução e outras formas de consumo não-monetário respondem por parcela marginal do consumo global, o atendimento às necessidades de alimentação, vestuário, habitação está diretamente associado à renda.

São consideradas como pobres as famílias cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza específica para um determinado tempo e lugar. As linhas de pobreza utilizadas neste texto têm duas características básicas.

A primeira é que não são linhas de pobreza normativas, isto é, não refletem uma estrutura de consumo otimizado ou padrão, mas a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda a partir de estrutura de despesas das famílias efetivamente verificada. Assim, por exemplo, a composição da cesta alimentar reflete os hábitos e preferências das famílias em face da restrição de renda, sendo estabelecida de modo a atender aos requisitos nutricionais médios da população à qual se refere. As linhas de pobreza foram derivadas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando metodologia descrita em Rocha (1997a).

A segunda característica é que, reconhecendo que existem significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões, e conforme o local de residência (metropolitano, urbano ou rural), resultando em diferenças de custo de vida para os pobres, foi estabelecido um conjunto de linhas de pobreza que leva em conta esses diferenciais. Foram utilizados 23 diferentes valores de linhas de pobreza, sendo que 5 se referem especificamente a subáreas do Nordeste, a saber, as três metrópoles regionais – Fortaleza, Recife e Salvador – além das áreas urbanas e rurais não metropolitanas da região. Os valores são atualizados ano a ano com base na variação dos preços regionais do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, do IBGE.

As linhas de pobreza são utilizadas em conjunção com as informações de rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de forma a permitir a derivação de indicadores de pobreza. Com base nestes indicadores é analisada a situação do Nordeste no âm-

bito do país a cada ano, assim como a evolução ao longo da década.<sup>1</sup>

O período 1992-1999, que será analisado, é marcado por alterações na espacialização da pobreza: por um lado, se acentua a queda de participação da pobreza rural na esteira da urbanização e da introdução de mecanismos de transferência de renda regidos por parâmetros nacionais;<sup>2</sup> por outro lado, a abertura comercial e a reestruturação produtiva têm efeitos imediatos adversos sobre as áreas mais industrializadas, criando possibilidades para a desconcentração produtiva e uma reordenação econômica em nível nacional. Na verdade, ambos os processos teriam potencial de operar no sentido da redução de desigualdades regionais, em geral, e, especificamente, no que concerne aos desequilíbrios na repartição de renda e pobreza.

Neste período, o declínio da incidência de pobreza no Nordeste ocorre essencialmente após o Plano de Estabilização, aliás, acompanhando um movimento generalizado, embora em intensidades diversas, em todas as regiões e subáreas do país. Em todos os casos, os progressos se dão não apenas na redução da proporção de pobres, mas na melhoria relativa da renda média dos pobres e na redução da desigualdade entre eles. No entanto, a participação do Nordeste no país, do ponto de vista dos indicadores de rendimento, fica praticamente inalterada, o que significa que, neste aspecto, não ocorreram progressos significativos no sentido da redução das desigualdades regionais.

A próxima seção analisa o período 1992-1999 no que concerne aos indicadores de pobreza do ponto de vista da renda. Serão apresentados os in-

---

<sup>1</sup> A PNAD não realiza coleta na área rural da região Norte, exceto na área rural do Estado de Tocantins. Os resultados para o Brasil, estrato rural e região Norte excluem sempre os daquela subárea.

<sup>2</sup> Trata-se, por exemplo, do efeito de redução da pobreza do programa de Renda Mensal Vitalícia, que, ao garantir aos idosos sem outra fonte de renda um benefício de valor equivalente a um salário mínimo, tem o efeito mais acentuado em termos de redução da pobreza absoluta em áreas rurais, onde o custo de vida é reconhecidamente mais baixo.

dicadores que mostram que a trajetória nordestina acompanhou a brasileira, mantendo, assim, a posição relativa desfavorável da região no âmbito do país, que se observava no início do período. A seção 3 permite verificar que, no que concerne ao acesso à infra-estrutura básica e à posse de bens duráveis, ocorreu no período uma melhoria mais acentuada no Nordeste do que no resto do país, além de redução das disparidades entre pobres e não-pobres. Deste modo, houve algum progresso no bem estar relativo das famílias pobres no Nordeste, que não é captado pelos indicadores de rendimento. A seção 4 sumaria as principais conclusões relativas à evolução da pobreza no Nordeste no período. Finalmente, o posfácio atualiza os indicadores da seção 2 com evidências recentes da PNAD 2001.

## ***2 - OS INDICADORES DE POBREZA DO PONTO DE VISTA DA RENDA***

Utilizando os indicadores habituais de pobreza enquanto insuficiência de renda, as TABELAS 1, 2, 3, e os GRÁFICOS 1, 2, 3, 4, 5 e 6 dão uma visão da evolução ano a ano, no período 1992-1999, no Nordeste, em confronto com a evolução no país inteiro, total e segundo estratos de residência (urbano e rural não-metropolitanos e metropolitano). Leva-se em conta não apenas o número de pobres, mas o aspecto de intensidade da pobreza dada pelo indicador de hiato de renda. O hiato quadrático é um indicador sintético de pobreza enquanto insuficiência de renda, incorporando os aspectos relevantes quanto ao número de pobres, hiato de renda e grau da desigualdade de renda entre os pobres (ANEXO 2). Em cada caso, a participação do Nordeste no país é considerada de modo a evidenciar em que medida as mudanças nos indicadores ocorrem em ritmos distintos no Nordeste e no país, em particular, em que medida tem sido possível reduzir a desvantagem relativa do Nordeste no país. Neste sentido, é importante lembrar que a participação do Nordeste na população brasileira ficou em torno de 28% na década de 1990, de modo que uma participação da região neste percentual,

nos indicadores apresentados, refletiria, a grosso modo, uma situação de equilíbrio em relação aos resultados nacionais de incidência de pobreza.

Os indicadores apresentados para o período 1992-1999 permitem distinguir claramente duas fases distintas no que concerne à incidência de pobreza, a saber, antes e depois do Plano de Estabilização.

A primeira fase dá continuidade à estagnação da renda no fim dos anos 80 e se reflete na relativa estabilidade dos indicadores de pobreza. Considerando a proporção de pobres, que é o indicador mais conhecido e mais sujeito a variações, os resultados ficaram em 44% para o país como um todo e quase 64% para o Nordeste em 1992-1993. Este resultado global encobre, no entanto, tendências espaciais diversas, que não ficam muito evidentes

quando se trata de confrontar os resultados do país e do Nordeste.<sup>3</sup> Em particular, a redução na incidência de pobreza nas áreas rurais do Sul e do Centro-oeste compensa em parte, em nível nacional, os resultados adversos do Nordeste rural assolado pela seca de 1993. A esse respeito, há que se notar que a implantação de frentes de trabalho no Nordeste deve ter contribuído para evitar um agravamento mais acentuado da incidência de pobreza na área rural da região naquele ano.

Concomitantemente a alguma melhoria dos indicadores de pobreza nas áreas rurais, ocorreu, neste período, agravamento nas áreas metropolitanas, o que é compatível com a natureza da crise recessiva do início da década de 1990. Embora o impacto adverso mais intenso tenha se dado na metrópole de São Paulo, ponto focal da reestruturação produtiva na indústria,<sup>4</sup> ocorre algum aumento da pobreza nas me-

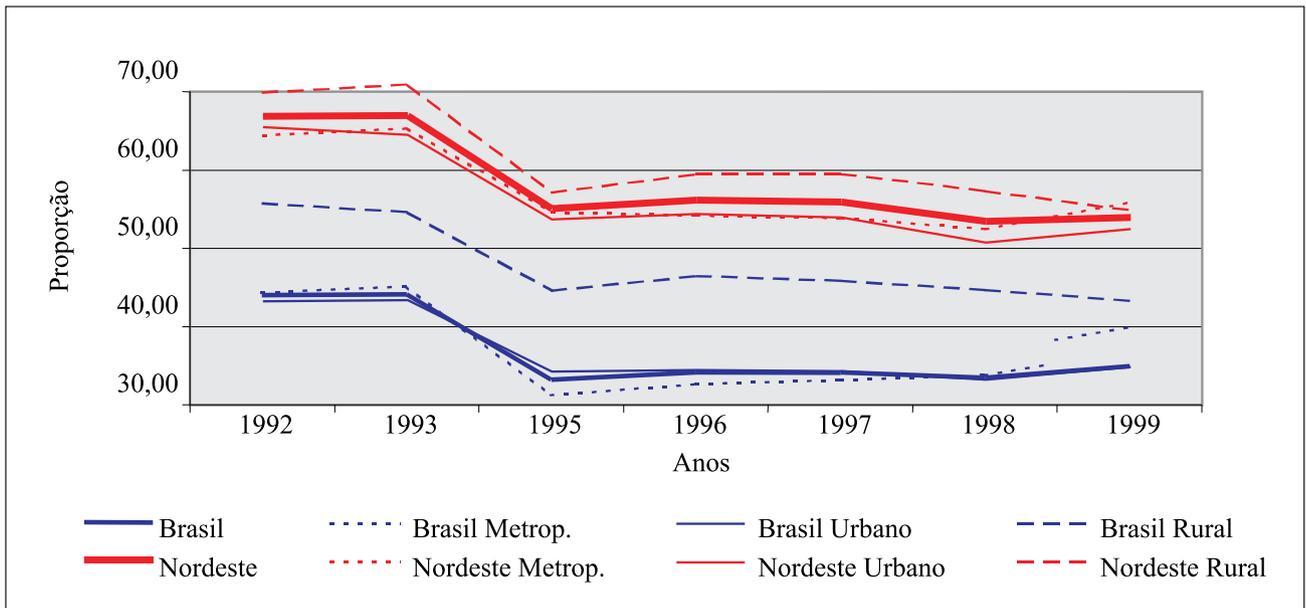
**TABELA 1**  
PROPORÇÃO DE POBRES (%)  
NORDESTE E BRASIL POR PARTICIPAÇÃO

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	44,00	44,09	33,23	34,13	34,09	33,43	34,95
Nordeste	63,87	63,96	52,05	53,13	52,86	50,35	50,90
Part. NE no Brasil	0,4158	0,4178	0,4552	0,4496	0,4498	0,4359	0,4203
Brasil Metrop.	44,31	45,12	31,16	32,65	33,18	33,74	36,88
Nordeste Metrop.	61,38	62,29	51,54	51,09	50,85	49,40	52,86
Part. NE no Brasil	0,2417	0,2397	0,2899	0,2643	0,2696	0,2575	0,2538
Brasil Urbano	40,18	40,35	31,20	31,46	31,30	30,14	31,78
Nordeste Urbano	62,47	61,44	50,67	51,35	50,91	47,71	49,44
Part. NE no Br.	0,4095	0,4020	0,4334	0,4348	0,4326	0,4176	0,4084
Brasil Rural	52,73	51,56	41,51	43,42	42,84	41,60	40,25
Nordeste Rural	66,89	67,90	54,05	56,45	56,45	54,27	51,77
Part. NE no Br.	0,6506	0,6855	0,6884	0,6984	0,7050	0,6993	0,6889

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.

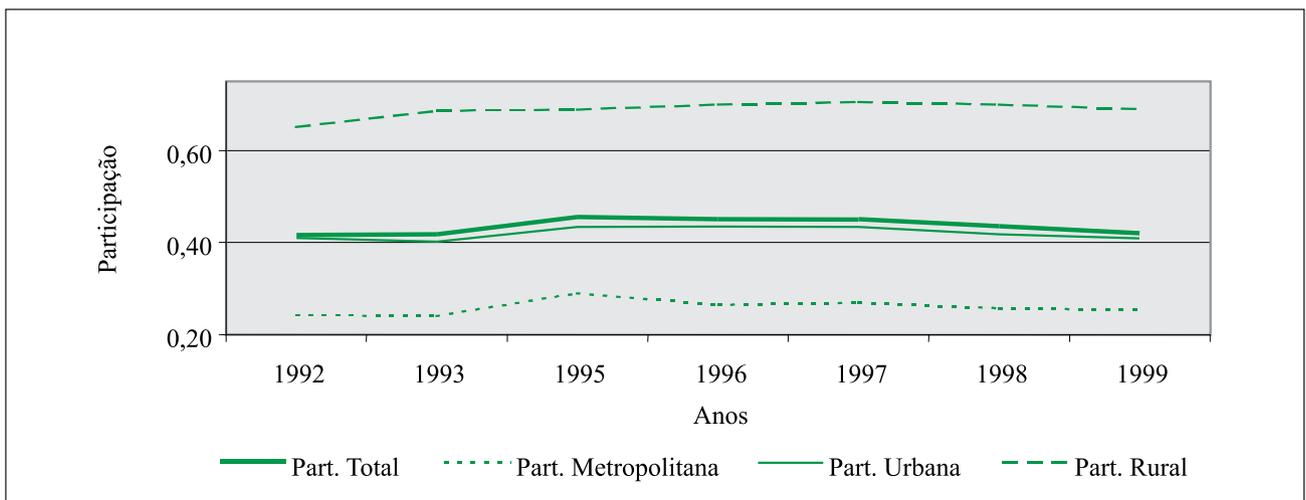
<sup>3</sup> A respeito deste período, ver Rocha (1998).

<sup>4</sup> A proporção de pobres na metrópole paulista evoluiu de 33,6% em 1990 para 41,9% em 1993.



**GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE POBRES**

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.



**GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE POBRES PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE NO BRASIL**

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.

trópoles nordestinas, principalmente em Salvador, metrópole que apresenta maior integração produtiva com os centros dinâmicos da economia nacional: a proporção de pobres na metrópole baiana passou de 56,1% em 1992 para 59,0% em 1993.

Vale lembrar que a crise recessiva do início da década atingiu o seu momento mais crítico no pri-

meiro trimestre de 1993, de modo que os resultados relativos à incidência de pobreza estimados a partir da PNAD para setembro daquele ano já refletem o início da recuperação. O sucesso da estabilização do Plano Real, de julho de 1994, veio a dar novo alento à retomada econômica, e, como resultado, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 6% naquele ano.

Como a PNAD não se realizou em 1994, é inevitável recorrer à comparação entre os resultados de 1993 e 1995 para ter uma medida do efeito da estabilização e de fenômenos que ocorreram concomitantemente a ela: entre setembro de 1993 e setembro de 1995, o rendimento médio das pessoas de 10 anos e mais apresentou um ganho em termos reais de 28%. No entanto, esses ganhos se deram de maneira mais acentuada na base da distribuição, em detrimento das faixas de renda elevadas. Assim, no décimo mais baixo da distribuição, o rendimento médio real teve um desempenho excepcional, dobrando de valor no período - de R\$ 24 em 1993 para R\$ 48 em 1995.<sup>5</sup> No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram importantes, apresentando um aumento real de 47% no mesmo período.

Essa evolução dos rendimentos teve, necessariamente, efeitos diretos sobre a pobreza, delimitando de forma clara a segunda fase do período 1992-1999. No Nordeste, a proporção de pobres declinou de 64% em 1993 para 52% em 1995. O fenômeno foi geral, afetando todas as estratos e regiões, embora existam alguns aspectos a destacar.

Enquanto nas áreas mais modernizadas do país a redução dos níveis de pobreza foi mais acentuada no estrato metropolitano, a redução da pobreza metropolitana no Nordeste ocorreu de forma atenuada, devido à especificidade da pobreza local, em grande parte imune às oscilações conjunturais.<sup>6</sup> Ao contrário do resto do país, a redução da pobreza rural nordestina foi mais forte, provavelmente, por combinar os efeitos favoráveis do fim da seca e da estabilização econômica.

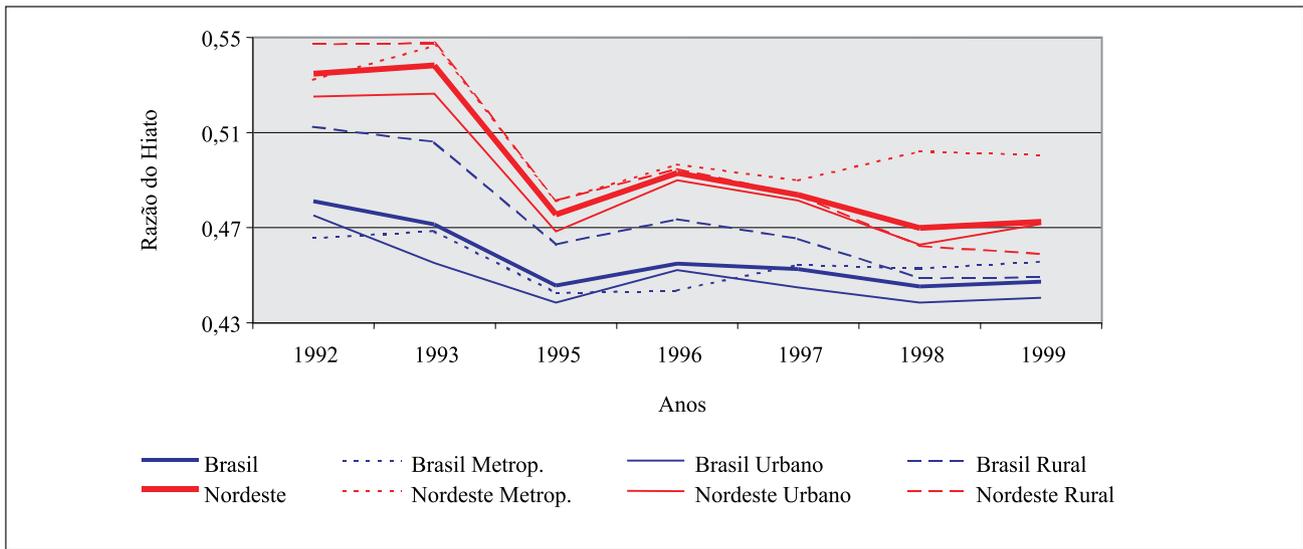
**TABELA 2**  
RAZÃO DO HIATO DA RENDA - 1992 - 1999  
NORDESTE E BRASIL POR ESTRATOS

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	0,4812	0,4714	0,4457	0,4549	0,4526	0,4453	0,4472
Nordeste	0,5347	0,5382	0,4756	0,4930	0,4838	0,4698	0,4726
Part. NE no Brasil	0,4620	0,4771	0,4858	0,4873	0,4808	0,4599	0,4441
Brasil Metrop.	0,4655	0,4687	0,4426	0,4435	0,4545	0,4528	0,4556
Nordeste Metrop.	0,5321	0,5465	0,4812	0,4967	0,4898	0,5022	0,5004
Part. NE no Brasil	0,2762	0,2796	0,3152	0,2959	0,2906	0,2856	0,2787
Brasil Urbano	0,4752	0,4550	0,4384	0,4522	0,4447	0,4384	0,4405
Nordeste Urbano	0,5251	0,5263	0,4684	0,4901	0,4814	0,4629	0,4714
Part. NE no Br.	0,4524	0,4650	0,4630	0,4712	0,4683	0,4410	0,4371
Brasil Rural	0,5124	0,5061	0,4630	0,4735	0,4654	0,4487	0,4490
Nordeste Rural	0,5471	0,5476	0,4813	0,4947	0,4839	0,4623	0,4590
Part. NE no Br.	0,6946	0,7417	0,7157	0,7297	0,7330	0,7205	0,7042

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.

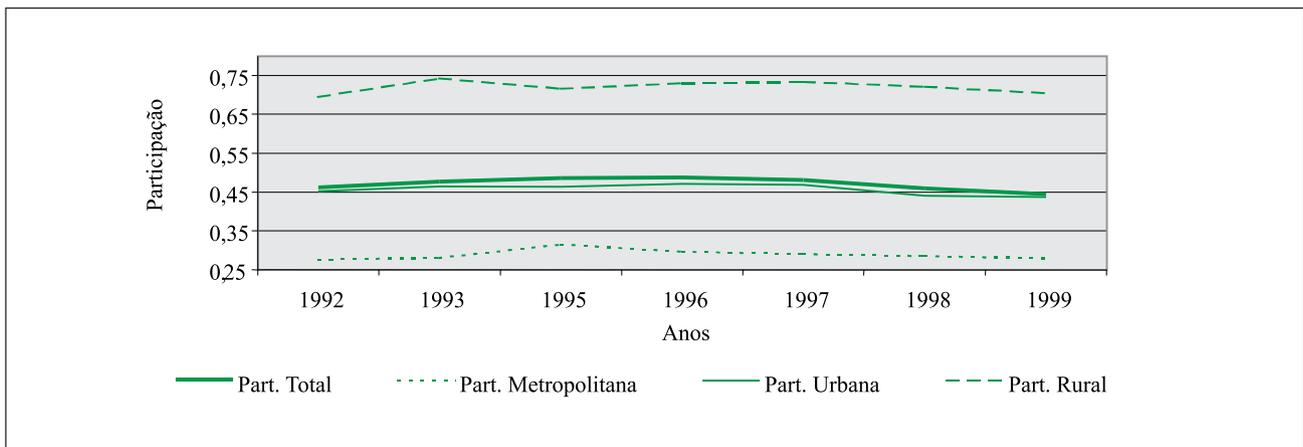
<sup>5</sup> A preços de setembro de 1995.

<sup>6</sup> Esta sensibilidade aos ciclos de recessão e retomada é especialmente notável em São Paulo, metrópole primaz por excelência. Imediatamente após a estabilização, foi possível não só compensar o agravamento da pobreza do início da década, como atingir resultados significativamente melhores do que os de 1990 (ROCHA, 2001).



**GRÁFICO 3 - RAZÃO DO HIATO DA RENDA - NORDESTE E BRASIL**

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.



**GRÁFICO 4 - RAZÃO DO HIATO DA RENDA - PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE NO BRASIL**

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.

É importante observar que a melhoria da renda após a estabilização, ao afetar de forma mais acentuada os indivíduos no décimo inferior da distribuição de rendimentos, permitiu a queda não só da proporção de pobres como da razão do hiato de renda, também de forma acentuada e generalizada em todo o país, inclusive no Nordeste: o indicador relativo à região declina de 0,53 em 1993 para 0,47 em 1995, significando que a renda mé-

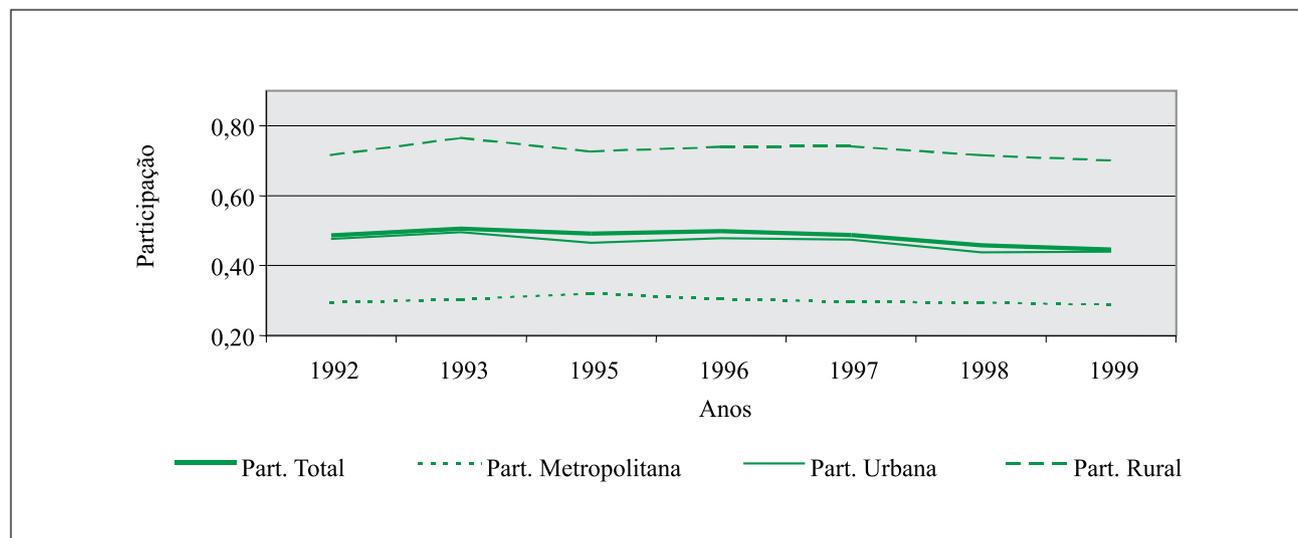
dia dos pobres aumentou em seis pontos percentuais em relação aos valores das linhas de pobreza. Isto evidencia não apenas que a estabilização reduziu o número dos indivíduos cuja renda se situava abaixo da linha de pobreza relevante na sua área de residência, mas que os indivíduos que permaneceram pobres tiveram suas rendas aumentadas de forma significativa. A redução da pobreza foi, portanto, um fenômeno consistente, não se li-

**TABELA 3**  
**HIATO QUADRÁTICO - 1992 - 1999\***  
**NORDESTE E BRASIL POR ESTRATOS**

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	0,1351	0,1313	0,0915	0,0982	0,0971	0,0927	0,0974
Nordeste	0,2297	0,2310	0,1548	0,1694	0,1633	0,1468	0,1505
Part. NE no Brasil	0,4871	0,5069	0,4915	0,4980	0,4879	0,4582	0,4460
Brasil Metrop.	0,1287	0,1321	0,0849	0,0908	0,0954	0,0970	0,1055
Nordeste Metrop.	0,2177	0,2312	0,1552	0,1643	0,1612	0,1625	0,1714
Part. NE no Brasil	0,2951	0,3039	0,3202	0,3058	0,2972	0,2946	0,2876
Brasil Urbano	0,1211	0,1145	0,0844	0,0896	0,0873	0,0822	0,0875
Nordeste Urbano	0,2189	0,2147	0,1472	0,1610	0,1558	0,1367	0,1467
Part. NE no Br.	0,4760	0,4951	0,4654	0,4786	0,4750	0,4386	0,4400
Brasil Rural	0,1785	0,1705	0,1196	0,1324	0,1256	0,1135	0,1105
Nordeste Rural	0,2493	0,2509	0,1642	0,1826	0,1742	0,1517	0,1445
Part. NE no Br.	0,7162	0,7660	0,7261	0,7407	0,7422	0,7165	0,7004

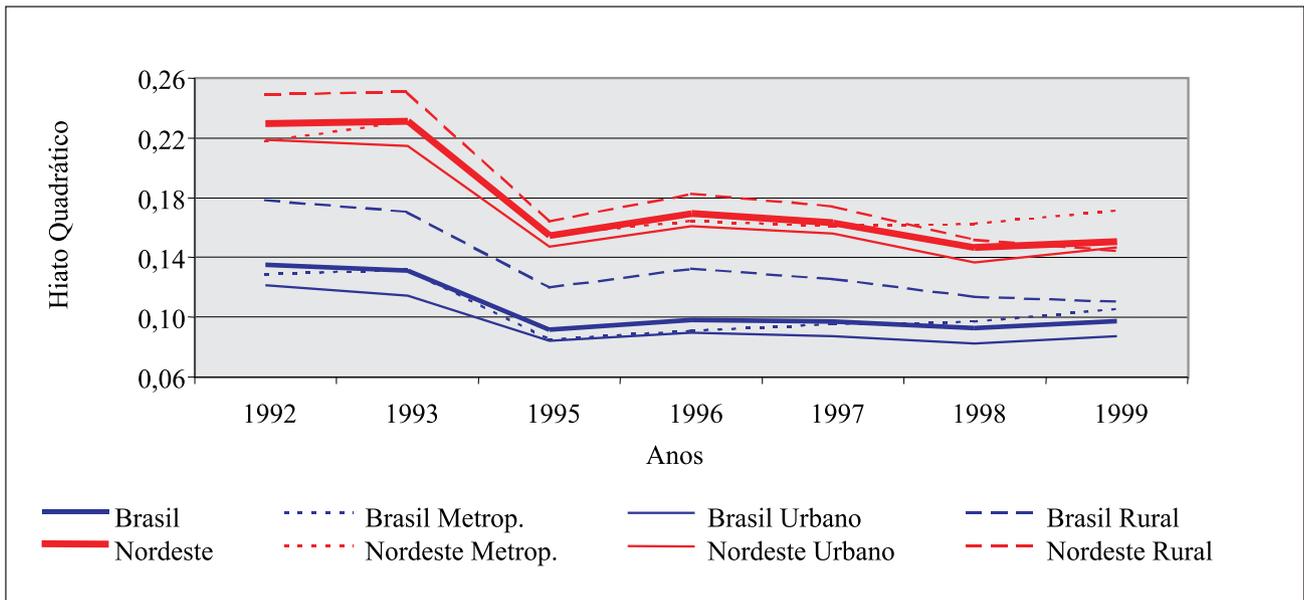
\* Índice Sintético proposto por Foster, Greer e Thorberche (1984).

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.



**GRÁFICO 6 - HIATO QUADRÁTICO - PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE NO BRASIL**

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.



**GRÁFICO 5 - HIATO QUADRÁTICO - NORDESTE E BRASIL**

**FONTE:** Elaboração a partir das PNADs 1990-1999.

mitando ao declínio da proporção de pobres devido à melhoria da renda do subconjunto de pobres com renda pouco abaixo da linha de pobreza; ao contrário, afetou também positivamente e de forma generalizada os indivíduos situados na base da distribuição de rendimento.

Finalmente, cabe observar, em relação ao impacto do Plano Real, que, embora o Nordeste, como as demais regiões, tenha se beneficiado do aumento de renda, os ganhos realizados foram mais fracos do que no resto do país, tanto em relação ao número de pobres como ao hiato da renda (TABELAS 1, 2 e 3 e GRÁFICOS correspondentes). Em relação ao número de pobres, por exemplo, a participação do Nordeste no país passou de 42% para 45%. Foram, portanto, melhorias na distribuição da renda entre os pobres nordestinos que permitiram uma ligeira redução da participação do Nordeste no país quando se considera o índice quadrático (de 50,69% para 49,15%). Isto se vincula particularmente ao ocorrido na área rural e ao elevado peso relativo da área rural na pobreza nordestina. De qualquer modo, é razoável afirmar que o efeito da

estabilização na redução da pobreza não permitiu um estreitamento digno de nota do diferencial de incidência de pobreza do ponto de vista da renda entre o Nordeste e o restante do país.

O inverso ocorre a seguir, passado o primeiro impacto do Plano Real. A partir de 1996, o Nordeste tende a reduzir sua participação na pobreza nacional, seja porque seus estratos urbano e metropolitano sofrem menos intensamente a segunda rodada do processo de reestruturação produtiva, que ocorre de forma drástica nas áreas centrais, São Paulo em particular, seja porque se verificam melhorias de renda no estrato rural nordestino. A esse respeito é importante destacar que, por ocasião da seca iniciada em 1998, houve um volume significativo de transferências de renda para a região. O Programa Emergencial de Frentes Produtivas, implantado em junho de 1998, teve como objetivo prestar assistência às populações atingidas pela seca através do pagamento mensal de cerca de R\$ 80 por mês e por trabalhador, aproximadamente 60% do valor do salário mínimo em 1998. Tendo o programa pago quase 1,2 milhões de benefícios entre agos-

**TABELA 4**  
**NÚMERO E PROPORÇÃO DE POBRES,**  
**SEGUNDO REGIÕES E SUBÁREAS DO NORDESTE – 1992 E 1999**

REGIÃO E SUBÁREAS	1992		1999	
	No.	PROPORÇÃO (%)	No.	PROPORÇÃO (%)
Norte	3.069.371	50,21	3.066.381	39,65
<b>Nordeste</b>	<b>25.614.974</b>	<b>63,87</b>	<b>22.879.519</b>	<b>50,90</b>
<b>Fortaleza</b>	<b>1.349.097</b>	<b>58,12</b>	<b>1.286.312</b>	<b>47,90</b>
<b>Recife</b>	<b>1.937.341</b>	<b>68,61</b>	<b>1.796.900</b>	<b>59,62</b>
<b>Salvador</b>	<b>1.354.240</b>	<b>56,07</b>	<b>1.353.611</b>	<b>50,23</b>
<b>Urbano</b>	<b>11.229.480</b>	<b>62,47</b>	<b>10.217.804</b>	<b>49,44</b>
<b>Rural</b>	<b>9.744.816</b>	<b>66,89</b>	<b>8.224.892</b>	<b>51,77</b>
Sudeste exceto SP	11.840.100	38,31	9.382.835	28,32
São Paulo	10.764.744	34,26	10.217.282	29,35
Sul	5.528.191	25,19	4.748.953	19,71
Centro oeste	4.789.787	50,34	4.145.101	37,43
Metropolitano	19.203.303	44,31	17.484.186	36,88
Urbano	27.425.032	40,18	25.016.289	31,78
Rural	14.978.832	52,72	11.939.596	40,25
Brasil	61.607.167	44,00	54.440.071	34,95

**FONTE:** PNAD (Tabulações especiais).

to e dezembro de 1998,<sup>7</sup> representou um aporte significativo de renda para a região. Em quatro Estados, por exemplo, o valor das transferências correspondeu a mais de 10% da renda rural total do mês de setembro de 1998.<sup>8</sup> Neste sentido, os indicadores relativos a 1998 e 1999 na área rural e, provavelmente, em alguma medida, também na área urbana (aquela que se convencionou denominar de “rurbana”) devem ter sido afetados favoravelmente por estas transferências.

Apesar da melhoria relativa do Nordeste no contexto do país após 1996/1997, o resultado é menos

<sup>7</sup> O número de benefícios pagos declinou ao longo de 1999 e 2000, mas eram ainda cerca de 770 mil em dezembro de 1999 (ROCHA, 2000).

<sup>8</sup> As transferências correspondiam a 19% da renda rural no Ceará, 14,7% em Pernambuco, 13,4% na Paraíba, 11,8% no Piauí e no rio Grande do Norte (ROCHA, 2000).

favorável quando se tem como referência os anos extremos 1992-1999. Houve redução da pobreza na região, mas como a evolução foi semelhante à brasileira, não ocorreu estreitamento da desvantagem do Nordeste no âmbito nacional como seria desejável. A TABELA 4 mostra que a incidência de pobreza é muito elevada no Nordeste, tanto no início do período como mesmo após os efeitos da estabilização e das melhorias que se seguiram, atingindo quase 51% da população da região em 1999, muito acima dos 35% verificados para o Brasil como um todo. Note-se que a proporção de pobres no Recife é mais elevada do que na área rural em ambos os anos. Em contrapartida a área rural nordestina apresentou a evolução mais favorável no que concerne ao indicador de proporção.

Observa-se que a quase estabilidade da participação do Nordeste no número de pobres do país, em torno de 42%, se deu graças ao fato de ter ocor-

**TABELA 5**  
**REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E DOS POBRES,**  
**SEGUNDO REGIÕES E SUBÁREAS DO NORDESTE – 1992 E 1999**

REGIÕES E ESTRATOS	1992			1995		
	PARTICIPAÇÃO (%)		DESVIO	PARTICIPAÇÃO (%)		DESVIO
	POBRES	P + NP*		POBRES	P + NP*	
Norte	4,98	4,37	0,62	5,63	4,96	0,67
<b>Nordeste</b>	<b>41,58</b>	<b>28,65</b>	<b>12,93</b>	<b>42,03</b>	<b>28,85</b>	<b>13,17</b>
<b>Fortaleza</b>	<b>2,19</b>	<b>1,66</b>	<b>0,53</b>	<b>2,36</b>	<b>1,72</b>	<b>0,64</b>
<b>Recife</b>	<b>3,14</b>	<b>2,02</b>	<b>1,13</b>	<b>3,30</b>	<b>1,93</b>	<b>1,37</b>
<b>Salvador</b>	<b>2,20</b>	<b>1,73</b>	<b>0,47</b>	<b>2,49</b>	<b>1,73</b>	<b>0,76</b>
<b>Urbano</b>	<b>18,23</b>	<b>12,84</b>	<b>5,39</b>	<b>18,77</b>	<b>13,27</b>	<b>5,50</b>
<b>Rural</b>	<b>15,82</b>	<b>10,41</b>	<b>5,41</b>	<b>15,11</b>	<b>10,20</b>	<b>4,91</b>
Sudeste exceto SP	19,22	22,08	-2,86	17,24	21,27	-4,03
São Paulo	17,47	22,44	-4,97	18,77	22,34	-3,58
Sul	8,97	15,68	-6,70	8,72	15,47	-6,74
Centro oeste	7,77	6,80	0,98	7,61	7,11	0,51
			0,00			
Metropolitano	31,17	30,95	0,22	32,12	30,43	1,68
Urbano	44,52	48,76	-4,24	45,95	50,53	-4,58
Rural	24,31	20,29	4,02	21,93	19,04	2,89
Brasil	100	100	-	100	100	-

**FONTE:** PNAD (Tabulações especiais).

**NOTA:** \*Pobres + Não Pobres

rido alguma queda na área rural nordestina, já que, como no restante do país, houve agravamento nas áreas urbanas e metropolitanas (TABELA 5).

Quanto à intensidade da pobreza, medida pelo desvio da renda dos pobres em relação ao valor da linha de pobreza, ocorreu, como no caso da proporção, uma significativa melhoria da razão do hiato no período 1992-1999, em função da estabilização (TABELA 6).<sup>9</sup> Os resultados nordestinos mais favoráveis ocorreram na área rural, enquanto em Salvador o desempenho foi mais fraco, seguindo de perto a tendência predominante nas áreas metropolitanas, afetadas pelo comportamento muito adverso da metrópole paulista. Cabe lembrar que estes resultados são fortemente influenci-

<sup>9</sup> Considerando as 23 subáreas das chamadas regiões PNAD, as cinco subáreas do Nordeste e o Norte urbano eram as únicas a apresentarem razão do hiato superior a 50% em 1992.

adas pela relação entre o salário mínimo, que determina o valor do mínimo de benefícios previdenciários e assistenciais, e o valor da linha de pobreza específica calculada para cada subárea, naturalmente mais baixo em áreas rurais. Apesar da evolução francamente favorável ocorrida no Nordeste em relação à intensidade da pobreza, sua participação no resultado nacional se mantém em torno de 42%, já que é também influenciada pelo aumento da participação da região no número de pobres. Os resultados sintéticos da pobreza enquanto insuficiência de renda, levando em conta não só a proporção de pobres e a razão do hiato, mas também a componente de desigualdade entre os pobres, mostra também declínio acentuado ao longo do período. Diferentemente dos dois outros indicadores, ocorre uma redução da participação do Nordeste nos resultados nacionais, o que se deve essencialmente à evolução do rendimento dos pobres na área rural (TABELA 7).

**TABELA 6**  
**RAZÃO DO HIATO E PARTICIPAÇÃO,**  
**SEGUNDO REGIÕES E SUBÁREAS DO NORDESTE – 1992 E 1999**

REGIÕES E SUBÁREAS	1992		1999	
	RAZÃO	PARTICIPAÇÃO (%)	RAZÃO	PARTICIPAÇÃO (%)
Norte	0,5010	4,98	0,4567	5,63
<b>Nordeste</b>	<b>0,5347</b>	<b>41,58</b>	<b>0,4726</b>	<b>42,03</b>
<b>Fortaleza</b>	<b>0,4967</b>	<b>2,19</b>	<b>0,4687</b>	<b>2,36</b>
<b>Recife</b>	<b>0,5773</b>	<b>3,14</b>	<b>0,5279</b>	<b>3,30</b>
<b>Salvador</b>	<b>0,5026</b>	<b>2,20</b>	<b>0,4941</b>	<b>2,49</b>
<b>Urbano</b>	<b>0,5251</b>	<b>18,23</b>	<b>0,4714</b>	<b>18,77</b>
<b>Rural</b>	<b>0,5471</b>	<b>15,82</b>	<b>0,4590</b>	<b>15,11</b>
Sudeste exceto SP	0,4609	19,22	0,4512	17,24
São Paulo	0,4256	17,47	0,4299	18,77
Sul	0,4376	8,97	0,4256	8,72
Centro-oeste	0,4591	7,77	0,4253	7,61
Metropolitano	0,4655	31,17	0,4556	32,12
Urbano	0,4752	44,52	0,4405	45,95
Rural	0,5124	24,31	0,4490	21,93
<b>Brasil</b>	<b>0,4812</b>	<b>100,00</b>	<b>0,4472</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PNAD (Tabulações especiais).

À guisa de síntese, constata-se que, apesar da melhoria relativa do Nordeste após 1996, as tendências que se verificam ao longo do período 1992-1999 são essencialmente as mesmas para a região e para o país. Por um lado, ocorre alguma metropolização da pobreza a partir de patamares muito distintos no Nordeste e no país. Entre 1992 e 1999, a pobreza metropolitana passa de 31% para 32% no país, e de 18% para 19% no Nordeste. Por outro lado, mantém-se a desruralização da pobreza como fenômeno sustentado de longo prazo. Os pobres rurais no Brasil têm sua participação reduzida de 28,8% em 1992 para 21,9% em 1999, mas no Nordeste este recuo é muito mais moderado, de 38,0% em 1992 para 36,9% em 1999. As características físicas de boa parte da área rural da região, a imutabilidade da estrutura agrária, a modernização agrícola tardia e lenta - que se dá frequentemente em novos espaços, afetando apenas marginalmente as relações de pro-

dução nas áreas de ocupação tradicional - são algumas das razões da persistência da elevada incidência de pobreza no Nordeste rural, um dos pólos críticos da pobreza nacional.

A TABELA 8 permite verificar como esta evolução global da região se deu nas Unidades da Federação através dos resultados comparados quanto à posição relativa de cada um no que concerne à participação no número de pobres no Nordeste.<sup>10</sup>

<sup>10</sup>Como varia - de ano para ano e de uma Unidade da Federação para outra - o número de pessoas não consideradas para efeito da presente análise devido à falta de informação de renda familiar, optou-se nesta tabela por derivar as participações de cada Unidade da Federação a partir do número de pobres obtido como resultado da proporção de pobres aplicada à população residente em cada Estado. Evitam-se, assim, distorções no resultado, associadas à variação no número de indivíduos com informação de renda não declarada.

**TABELA 7**  
**HIATO QUADRÁTICO E PARTICIPAÇÃO,**  
**SEGUNDO REGIÕES E SUBÁREAS DO NORDESTE – 1992-1999**

REGIÃO E SUBÁREAS	1992		1999	
	HIATO	PARTICIPAÇÃO (%)	HIATO	PARTICIPAÇÃO (%)
Norte	0,1641	5,30	0,1157	5,90
<b>Nordeste</b>	<b>0,2297</b>	<b>48,71</b>	<b>0,1505</b>	<b>44,61</b>
<b>Fortaleza</b>	<b>0,1845</b>	<b>2,26</b>	<b>0,1399</b>	<b>2,48</b>
<b>Recife</b>	<b>0,2735</b>	<b>4,09</b>	<b>0,2076</b>	<b>4,13</b>
<b>Salvador</b>	<b>0,1845</b>	<b>2,36</b>	<b>0,1624</b>	<b>2,89</b>
<b>Urbano</b>	<b>0,2189</b>	<b>20,80</b>	<b>0,1467</b>	<b>19,99</b>
<b>Rural</b>	<b>0,2493</b>	<b>19,20</b>	<b>0,1445</b>	<b>15,13</b>
Sudeste exceto SP	0,1008	16,46	0,0733	16,01
São Paulo	0,0874	14,52	0,0779	17,87
Sul	0,0684	7,94	0,0539	8,56
Centro-oeste	0,1404	7,06	0,0967	7,06
Metropolitano	0,1287	29,49	0,1055	32,98
Urbano	0,1211	43,70	0,0875	45,41
Rural	0,1785	26,81	0,1105	21,61
<b>Brasil</b>	<b>0,1351</b>	<b>100,00</b>	<b>0,0974</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** PNAD (Tabulações especiais).

Verifica-se que o ordenamento dos Estados praticamente não se altera, com exceção da inversão de posição do Rio Grande do Norte e de Alagoas. A melhoria mais significativa ocorreu na Paraíba, o que não foi suficiente, no entanto, para alterar a sua posição no ordenamento regional. Fica patente que, em relação à pobreza do ponto de vista da insuficiência de renda, não houve evoluções significativamente diferenciadas por Estado no período. Mesmo considerando a proporção de pobres, indicador mais sensível a oscilações, todos os Estados tiveram declínio significativo da incidência da pobreza, mas em intensidade semelhante, aliás, como ocorreu em relação à região Nordeste no contexto do país como um todo. O conjunto de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda, segundo Unidades da Federação e respectivos estratos de residência, são apresentados no ANEXO 3 para os anos do período 1992-1999.

### **3 - OUTROS COMPONENTES DO BEM-ESTAR DAS FAMÍLIAS POBRES**

Apresentaram-se até agora dados relativos à pobreza do ponto de vista da renda, mostrando que, apesar da evolução favorável dos indicadores ao longo do período, em função da melhoria dos rendimentos após a estabilização, as desvantagens relativas do Nordeste se mantêm no período 1992-1999, já que a região acompanhou de perto a evolução ocorrida no resto do país em relação às variáveis relevantes para a formação de renda das famílias.

No entanto, como pobreza é uma síndrome complexa, de carências diversas, e o nível de bem-estar das famílias não depende exclusivamente da renda presente, outras informações permitem evidenciar que ocorreram neste período importantes

**TABELA 8**  
PARTICIPAÇÃO NO NÚMERO DE POBRES NO NORDESTE\*,  
SEGUNDO ESTADOS – 1992 E 1999

ESTADOS	1992		1995		DESVIO
	PART.(%)	ORDEM	PART.(%)	ORDEM	1999 - 1992
Maranhão	11,15	(4)	12,19	(4)	1,03
Piauí	6,73	(6)	6,27	(6)	-0,47
Ceará	15,98	(3)	16,08	(3)	0,10
Rio G. do Norte	5,39	(7)	4,70	(8)	-0,69
Paraíba	7,61	(5)	6,30	(5)	-1,31
Pernambuco	17,39	(2)	18,11	(2)	0,72
Alagoas	5,10	(8)	5,97	(7)	0,87
Sergipe	3,03	(9)	3,31	(9)	0,28
Bahia	27,46	(1)	27,11	(1)	-0,35
Nordeste	100,00		100,00		-

**FONTE:** PNAD (Tabulações especiais).

\* Ver nota de rodapé 11

progressos em termos de qualidade de vida dos pobres no Nordeste. Utilizando o crivo da renda para distinguir pobres de não-pobres, é possível examinar a evolução nas condições de acesso a alguns serviços públicos básicos e a itens de conforto do domicílio, resultando em melhorias nas condições de vida da população nordestina em geral, e dos pobres em particular. As informações disponíveis mostram melhorias de acesso mais acentuadas dentre os pobres do Nordeste, reduzindo tanto os diferenciais entre pobres e não-pobres na região, como as desigualdades entre o Nordeste e o resto do país neste particular (TABELA 9).

No caso da eletricidade, a redução das desigualdades de acesso é um resultado natural da quase universalização do serviço nas áreas mais bem atendidas: em 1999, 96% dos pobres não-nordestinos já tinham seus domicílios ligados à rede elétrica, de modo que os ganhos mais significativos – de 70% de pessoas atendidas em 1992, para 82% em 1999 – tinham que ocorrer necessariamente no Nordeste.

Entretanto, as melhorias relativas dos pobres nordestinos quanto ao abastecimento de água e à coleta de lixo refletem provavelmente diretrizes sensatas de políticas públicas no sentido de reduzir as

carências de serviços básicos, priorizando o atendimento às áreas pobres de densidade demográfica elevada. Há que reconhecer, porém, que, embora adequação de acesso tenha aqui sido definida de forma bastante exigente,<sup>11</sup> no caso de esgotamento sanitário, os déficits são inaceitavelmente elevados em geral. No Nordeste, os resultados são alarmantes, tanto em termos do indicador em si – apenas 19% dos pobres tinham esgotamento sanitário adequado, o que inclui fossa séptica em área rural – como do progresso pífilo realizado no período, o que em nada contribuiu para amenizar as desvantagens relativas da incidência de pobreza do ponto de vista da renda, como ocorre em relação aos demais serviços públicos considerados. É importante alertar que o descompasso entre acesso adequado à água e ao esgotamento sanitário gera, especialmen-

<sup>11</sup> A forma de definir adequação é exigente por requerer a existência de rede geral de água e esgoto nos domicílios em áreas urbanas e metropolitanas, independentemente das características de densidade demográfica. Vale lembrar, no entanto, que o dado da PNAD não qualifica o tipo de rede de esgoto eventualmente disponível, o que significa adotar como adequada qualquer rede coletora, existindo tratamento de dejetos ou não, o que é um diferencial fundamental em termos de custo e qualidade dos serviços prestados.

**TABELA 9**  
**PERCENTUAL DE PESSOAS COM ACESSO ADEQUADO**  
**A SERVIÇOS PÚBLICOS SELECIONADOS**  
**NORDESTE E NÃO-NORDESTE - 1992 E 1999**

SERVIÇOS	REGIÕES	POBRES		DESVIO DAS TAXAS (POBRES - NÃO POBRES)	
		1992	1999	1992	1999
Eletricidade	NE	0,70	0,82	-0,12	-0,06
	Não-NE	0,90	0,96	-0,07	-0,03
Água	NE	0,67	0,75	-0,15	-0,10
	Não-NE	0,86	0,89	-0,08	-0,06
Esgoto	NE	0,16	0,19	-0,10	-0,11
	Não-NE	0,38	0,44	-0,17	-0,12
Lixo	NE	0,38	0,51	-0,17	-0,14
	Não-NE	0,65	0,82	-0,15	-0,07

**FONTE:** PNAD (Tabulações Especiais).

**NOTA:** Conceito de adequação: Água - Rede geral em áreas urbanas e metropolitanas; rede geral, fonte ou nascente em áreas rurais. Esgoto sanitário – rede geral em áreas urbanas e metropolitanas; rede geral ou fossa séptica em áreas rurais; Lixo – coleta direta ou indireta de lixo.

te em áreas de razoável densidade demográfica, problemas de saúde pública tão críticos quanto aqueles que ocorrem sob condições de escassez de água.

Se a melhoria do acesso à infra-estrutura domiciliar básica independe da renda familiar, outros itens de conforto do domicílio têm necessariamente que ser entendidos como função da renda e de decisões maximizadoras de bem-estar no âmbito do consumo familiar. Neste sentido é interessante verificar que, tanto dentre os pobres como não pobres, ocorreu um significativo aumento na frequência de posse de bens duráveis. Para os pobres, esta tendência não se explica pela redução do hiato da renda entre 1992 e 1999, de forma que o consumo de bens duráveis se deu provavelmente em detrimento de itens em geral considerados essenciais pelos analistas e formuladores de políticas públicas, como os alimentares.<sup>12</sup> Há que considerar ainda que houve uma significativa redução de preços relativos de bens duráveis e que a estabilização possibilitou o crescimento do crédito popular, viabilizando o con-

sumo de bens valorizados, tanto como geradores de conforto e lazer, como símbolos de *status* econômico. A TABELA 10 evidencia que estratégias diversas das famílias têm possibilitado, mesmo dentre as pobres, a universalização progressiva de diversos itens de conforto do domicílio, o que tem um efeito positivo não mensurável sobre o seu bem-estar. Este efeito é direto pelo fluxo de “serviços” derivados da posse do bem, mas importa também o seu efeito indireto, ao reduzir a desigualdade entre famílias, da qual a posse de determinados bens é emblemática.

Estes indicadores de acesso a serviços públicos e de posse de itens de conforto do domicílio representam apenas evidências indiretas de melho-

<sup>12</sup> A esse respeito, é importante lembrar que a relação entre despesa alimentar e despesa total – o chamado coeficiente de Engel, que já é atipicamente baixo no Brasil não cessa de declinar para todas as faixas de rendimento familiar, como evidenciam os resultados das pesquisas de orçamentos familiares.

**TABELA 10**  
**PESSOAS COM ITENS SELECIONADOS DE**  
**CONFORTO DO DOMICÍLIO (%)**  
**NORDESTE E NÃO-NORDESTE - 1992 E 1999**

SERVIÇOS	REGIÕES	POBRES		DESVIO ABS. DAS TAXAS (POBRES - NÃO POBRES)	
		1992	1999	1992	1999
Banheiro	NE	58,64	69,28	-15,05	-11,65
	Não-NE	89,89	95,15	-6,34	-3,22
Televisão em cores	NE	11,64	49,57	-32,90	-24,07
	Não-NE	31,62	75,05	-33,88	-16,23
Geladeira	NE	33,97	47,07	-30,95	-26,65
	Não-NE	66,83	81,08	-22,55	-13,70
Fogão	NE	69,25	78,01	-14,89	-10,08
	Não-NE	86,66	91,07	-6,13	-4,20
Telefone	NE	1,97	7,03	-19,06	-26,40
	Não-NE	5,25	21,05	-24,03	-27,94
Máquina de Lavar	NE	0,75	2,22	-9,35	-13,44
	Não-NE	13,36	21,05	-27,46	27,94

FONTE: PNAD (Tabulações Especiais).

ria das condições de vida e do bem-estar das famílias pobres, que ocorrem de forma mais ou menos autônoma em relação ao comportamento dos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda. No entanto, indicadores que, por definição, sintetizam progressos nas condições básicas de vida, medindo a diferença entre vida e morte, tais como a esperança de vida ao nascer e as taxas de mortalidade, em especial a taxa de mortalidade infantil (TMI), revelam, de forma inequívoca, que as melhorias no Brasil e no Nordeste vêm ocorrendo de forma sustentada, independentemente dos acidentes de percurso na evolução do rendimento. Além de refletir as melhorias de saneamento básico já referidas, resultam de iniciativas no atendimento básico à saúde, como campanhas de vacinação, universalização do parto hospitalar, ações preventivas voltadas para nutrízes, crianças e ido-

sos. Assim, entre 1977-1985 e 1987-1995, a taxa de mortalidade infantil (TMI) brasileira se reduziu fortemente de 79,6 para 46,0 por mil nascidos vivos, o que se deu de forma generalizada em todas as regiões e subáreas do país. No Nordeste, a TMI reduziu-se de 127,6 para 71,8 por mil no mesmo período. É importante notar que o declínio de longo prazo da TMI tem sido mais significativo no Nordeste (-4,4% aa) do que no Centro-sul (-3,6%aa).<sup>13</sup> Tal fato permite o estreitamento do diferencial regional deste indicador, levando a relativizar os resultados adversos do Nordeste em relação aos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de

<sup>13</sup> Dados relativos à evolução de longo prazo, extraídos de Monteiro, Benício e Freitas (1997).

renda.<sup>14</sup> A evolução da TMI significa melhorias mais acentuadas para os pobres situados na base da distribuição, o que é compatível com os melhores resultados do Nordeste em relação ao indicador de hiato e hiato quadrático, do que o de proporção de pobres. Significa ainda que, enquanto as disparidades regionais de renda se mantêm, aquelas relativas aos indicadores sociais analisados se estreitaram durante o período em questão.

#### **4 - O BALANÇO 1992-1999 QUANTO À EVOLUÇÃO DA RENDA E DO BEM-ESTAR**

O aumento generalizado das rendas, ocorrido após o plano de estabilização, determinou os resultados favoráveis da evolução da pobreza enquanto insuficiência de renda quando se considera o período 1992-1999. No entanto, enquanto a pobreza absoluta medida pelos indicadores de rendimento, se reduz em todos os casos, as desigualdades inter-regionais e entre pobres e não-pobres se mantêm, ou mesmo se agravam. Como as medidas de pobreza dependem da renda familiar,<sup>15</sup> cabe observar que a relação dos valores da renda familiar média no Nordeste e no Brasil fica estável em torno de 60% nos anos extremos do período,<sup>16</sup> evidenciando que a desigualdade regional em termos globais, isto é tendo como referência a população total, também se mantêm.

---

<sup>14</sup> Em 1999, os resultados mais adversos ocorreram sistematicamente nos Estados da região Nordeste, todos com mais de 45 por mil nascidos vivos, enquanto a média nacional se situava em 34,6 naquele ano (Dados do Ministério da Saúde, extraídos de SABÓIA, 2001).

<sup>15</sup> Como se sabe, pobreza não é medida a partir das rendas individuais, mas da renda familiar, em função do pressuposto que o nível de bem-estar de cada indivíduo depende do papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

<sup>16</sup> A renda familiar no Nordeste correspondia a 58,7% da renda familiar brasileira em 1992, evoluindo muito moderadamente para 59,8% em 1999. As questões vinculadas à formação da renda (mercado de trabalho, transferências de renda, dinâmica demográfica das famílias) não são tratadas aqui. Ver, a este respeito, Rocha (2003).

À inflexão pronunciada como efeito da estabilização, segue-se a estabilização dos indicadores de pobreza em um novo patamar. As pequenas oscilações anuais da proporção de pobres após 1996, se dão de forma ligeiramente mais favorável no Nordeste do que no Brasil, o que leva à redução da participação da região no número de pobres do Brasil, de 45% em 1996, para 42% em 1999. É interessante observar o agravamento da participação do Nordeste, em particular das metrópoles nordestinas, na pobreza brasileira em 1995, quando o efeito favorável da estabilização se fez sentir de forma mais acentuada nos pólos econômicos do Centro-sul. Fenômeno inverso ocorre durante a nova fase da reestruturação produtiva e do mercado de trabalho a partir de 1996.

Além da queda acentuada das proporções de pobres como resultado da estabilização, cabe notar também a redução da razão do hiato de renda, evidenciando que o impacto das novas condições econômicas não se deu apenas sobre aqueles com renda próxima à linha de pobreza, mas para todo o espectro de pobres. Embora no Nordeste, como no Brasil, tenha havido melhorias em termos de redução do hiato, apenas nas áreas rurais houve uma evolução mais favorável do que no Brasil como um todo. Na década, no entanto, não houve progressos na redução da desigualdade regional no que concerne à insuficiência de renda, mantendo-se a pobreza rural nordestina como o foco essencial da pobreza rural brasileira.

O índice do hiato quadrático sintetiza a evolução da pobreza nordestina, evidenciando que houve alguma redução da desigualdade regional da pobreza, já que a participação do Nordeste no país declinou de 0,48% para 0,44%. No entanto, este declínio se mostrou claramente insuficiente para alterar de forma radical, como seria necessário, a posição no Nordeste no contexto brasileiro. Para dar uma medida da posição adversa do Nordeste, basta lembrar que a região concentra 28% da população brasileira, e que a

diferença entre este percentual e aquele que reflete a participação na pobreza brasileira revela a desigualdade regional da pobreza.<sup>17</sup>

No entanto, como o bem-estar das pessoas não depende apenas da renda, mas do acesso a serviços públicos e das condições de conforto do domicílio, o crivo entre pobres e não-pobres permitiu evidenciar melhorias significativas das condições de vida vinculadas à expansão de rede elétrica, água e coleta de lixo, assim como a rápida disseminação de bens duráveis nos domicílios. O fato de que, em 1999, 47% e 49% dos pobres nordestinos viviam em domicílios com, respectivamente, geladeira e televisão em cores evidencia claramente que a pobreza de que se trata aqui tem um forte componente relativo. Assim, não se trata de pobreza absoluta *stricto sensu*, mas utiliza como parâmetro o nível de vida predominante na sociedade brasileira. Os progressos quanto a esses determinantes do nível de bem-estar ocorreram de forma mais acentuada dentre os pobres, reduzindo-se no período tanto as desigualdades entre pobres e não-pobres no Nordeste como as desigualdades inter-regionais de acesso a serviços públicos e bens duráveis.

Vale lembrar que os indicadores de melhoria de acesso a serviços públicos e de posse de bens duráveis para os pobres no Nordeste, entre 1992 e 1999, subestimam o alcance da melhoria ocorrida: a redução da proporção de pobres no período implica que a subpopulação pobre em 1999 é um subconjunto populacional percentualmente mais reduzido, portanto, em condições relativamente mais adversas do que as dos pobres em 1992.

A conclusão geral é que, no período mais recente, o Nordeste praticamente não alterou a sua situação desfavorável de incidência de pobreza do ponto de vista da renda, o que, provavelmente, se vincula à manutenção do descompasso regional em relação ao sistema produtivo. Vale destacar que a

---

<sup>17</sup> Uma análise da desigualdade regional, vista como desvio em relação à distribuição populacional, é feita em Rocha (1997b).

oferta de serviços públicos tem operado no sentido de melhorar o bem-estar dos pobres em aspectos da condição de vida não diretamente vinculados à renda.

## **5 - POSFÁCIO: A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RENDIMENTO ENTRE 1999 E 2001**

Os resultados da pesquisa domiciliar de 2001<sup>18</sup> permitem avaliar a evolução 1999-2001 da incidência da pobreza e de indigência do ponto de vista da renda. Cabe lembrar que, devido ao Censo Demográfico de 2000, a PNAD não se realizou naquele ano, de modo que os resultados apresentados para o período 1999-2001 encobrem a melhoria da renda e da conjuntura econômica em geral que prosseguiu após setembro de 1999, captando, no entanto, os impactos recessivos do racionamento de energia e da crise argentina a partir de abril de 2001.

A primeira observação de ordem geral concerne à relativa estabilidade dos indicadores de pobreza no Nordeste, acompanhando o comportamento dos indicadores para o país como um todo.

A proporção de pobres se mantém em torno de 50% no Nordeste e 35% no Brasil. Vale notar que, pela primeira vez depois de toda uma década, a proporção de pobres nas áreas rurais deixa de declinar (TABELA 11), o que se apresentava como uma tendência robusta, relativamente imune aos acidentes da conjuntura macroeconômica. Embora a proporção de pobres na área rural tenha também

---

<sup>18</sup> Divulgados em setembro de 2002. Os resultados relativos ao tamanho da população, derivados do Censo Demográfico 2000, maiores do que os anteriormente estimados pelo IBGE, permitiram construir novos pesos de expansão para a amostra da PNAD. Para comparação entre 1999 e 2001, os resultados de 1999, apresentados neste posfácio, foram reponderados, o que implica algum aumento no número de pobres e uma ligeira alteração nas participações em relação aos resultados originais da PNAD-1999 apresentados nas seções 2 e 3.

**TABELA 11**  
**PROPORÇÃO DE POBRES E PARTICIPAÇÃO NO NÚMERO TOTAL DE POBRES NO BRASIL**  
**NORDESTE, BRASIL E ESTRATOS –1999\* E 2001**

NORDESTE E BRASIL	PROPORÇÕES DE POBRES		PARTICIPAÇÃO NO BRASIL (%)	
	1999	2001	1999	2001
<b>Nordeste</b>	0,509	0,507	42,03	41,65
Metropolitano	0,529	0,521	8,22	8,36
Urbano	0,495	0,486	18,73	20,60
Rural	0,518	0,537	15,08	12,70
Maranhão	0,530	0,533	5,29	5,29
Urbano	0,574	0,515	2,50	3,34
Rural	0,496	0,566	2,79	1,95
Piauí	0,541	0,490	2,70	2,38
Urbano	0,521	0,427	1,49	1,32
Rural	0,567	0,598	1,20	1,07
Ceará	0,533	0,524	6,87	6,72
Fortaleza	0,479	0,485	2,34	2,53
Urbano	0,572	0,537	2,16	2,45
Rural	0,562	0,571	2,36	1,74
Rio G. do Norte	0,417	0,406	2,04	1,97
Urbano	0,406	0,384	1,31	1,36
Rural	0,439	0,465	0,73	0,61
Paraíba	0,440	0,490	2,68	2,93
Urbano	0,364	0,479	1,46	2,15
Rural	0,589	0,525	1,22	0,79
Pernambuco	0,563	0,545	7,47	7,40
Recife	0,596	0,576	3,32	3,29
Urbano	0,521	0,499	2,64	2,28
Rural	0,574	0,557	1,50	1,84
Alagoas	0,519	0,532	2,60	2,63
Urbano	0,506	0,524	1,66	1,75
Rural	0,542	0,547	0,95	0,88
Sergipe	0,455	0,445	1,34	1,37
Urbano	0,412	0,428	0,87	1,06
Rural	0,561	0,511	0,47	0,31
Bahia	0,492	0,497	11,04	10,95
Salvador	0,502	0,497	2,55	2,55
Urbano	0,505	0,495	4,64	4,89
Rural	0,470	0,500	3,85	3,51
<b>Brasil</b>	0,350	0,350	100,00	100,00
Metropolitano	0,369	0,374	32,26	33,39
Urbano	0,318	0,317	45,86	48,74
Rural	0,403	0,419	21,88	17,87

**FONTE:** IBGE/ PNAD, 1999 (reponderado) e 2001 – Tabulações Especiais

se elevado ligeiramente na região Sudeste, foi o aumento da proporção de pobres no Nordeste rural - de 51,7% em 1999 para 53,7% em 2001 -, que afetou os resultados nacionais relativos ao estrato rural. No que concerne ao número de pobres, não há progressos quanto à redução da desigualdade regional: como a proporção de pobres no Nordeste se mantém bem acima da verificada nas demais regiões, os pobres nordestinos continuam a representar cerca de 42% dos pobres brasileiros, em descompasso evidente com a participação da região na população total do país (29%).

Cabe observar que, embora a proporção de pobres tenha ficado estável no Nordeste entre 1999 e 2001, ocorreu algum agravamento da razão do hiato da renda, evidenciando o declínio da renda média dos pobres em relação aos valores da linha de pobreza (TABELA 12). Na região, que continua a apresentar os indicadores mais adversos no país, o indicador passou de 0,47 para 0,49. É importante notar que este fenômeno ocorre de forma generalizada na maioria das áreas passíveis de análise com a PNAD, apesar da expansão dos programas de transferência de renda. Isto significa que programas como o bolsa-escola,<sup>19</sup> que se expandiram fortemente desde 1999, não foram capazes de neutralizar os efeitos de agravamento das condições no mercado de trabalho e conseqüente declínio do rendimento médio ocorrido no período. O rendimento médio do trabalho declinou no período, sendo que esta tendência foi ligeiramente mais acentuada no Nordeste, onde o rendimento médio se mantém em torno de 60% daquele observado para o Brasil como um todo.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Trata-se de programas assistenciais de transferência de renda para clientela específica, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa-alimentação e Bolsa-escola. Este último é, de longe, o mais importante deles, tendo o valor das transferências realizadas pelo Governo Federal passado de R\$ 39,6 milhões em 1999, para R\$ 409,8 milhões em 2001, isto é, um aumento de mais de dez vezes.

<sup>20</sup> Em 2001, o rendimento médio mensal foi de R\$ 595, no Brasil, e de R\$ 354, no Nordeste, com um ligeiro declínio em relação aos valores de 1999 (R\$ 603 e R\$ 361, respectivamente).

Os resultados regionais agregados relativos ao índice sintético de pobreza – o hiato quadrático – mostram um pequeno aumento, acompanhando o comportamento combinado do hiato e da proporção, mas sua componente relativa à desigualdade entre pobres ficou praticamente inalterada.

Finalmente, cabe destacar que os dados detalhados por Unidade da Federação e estratos de residência, fornecidos nas TABELAS 11 e 12, mostram comportamentos em intensidade e sentido diversos conforme as Unidades da Federação e seus estratos, o que reflete respostas locais diferenciadas no que concerne à atividade produtiva e à aplicação de políticas compensatórias. Frequentemente, a evolução adversa da proporção de pobres na área rural implica alguma redução da razão do hiato naquela área devido à incorporação ao contingente de pobres de indivíduos com rendas próximas ao valor da linha de pobreza. Considerando o índice sintético, de modo a levar em conta evoluções dos seus componentes em sentido inverso, apenas os Estados do Ceará e Piauí teriam apresentado alguma tênue redução da incidência de pobreza do ponto de vista da renda entre 1999 e 2001, sem que isto implique, no entanto, um comportamento coerente nas subáreas de cada um.

Quanto ao período 1999-2001, pode-se concluir que, em traços gerais, permanece a estagnação dos indicadores de pobreza verificada no período pós-Real, mantendo o Nordeste também inalterada a sua posição relativa desfavorável no país no que concerne à pobreza do ponto de vista do rendimento.

Quando se trata de estabelecer linhas de pobreza no Brasil é comum fixar nacionalmente um dado patamar de renda em termos de salário mínimo, com frequência 2 salários mínimos por família ou 1/2 salário mínimo *per capita*. Tal procedimento tem a desvantagem de estabelecer um parâmetro sem garantia de que ele permita cobrir o custo associado ao atendimento do conjunto das necessidades básicas, além de negligenciar a existência de diferenciais geográficos deste custo.

**TABELA 12**  
**RAZÃO DO HIATO DA RENDA E HIATO QUADRÁTICO**  
**BRASIL, REGIÕES E ESTRATOS**

NORDESTE E BRASIL	HIATO DA RENDA		HIATO QUADRÁTICO	
	1999	2001	1999	2001
<b>Nordeste</b>	0,473	0,493	0,151	0,161
Metropolitano	0,501	0,502	0,172	0,172
Urbano	0,472	0,504	0,147	0,160
Rural	0,460	0,469	0,145	0,157
Maranhão	0,436	0,477	0,135	0,158
Urbano	0,445	0,491	0,152	0,161
Rural	0,427	0,452	0,121	0,152
Piauí	0,509	0,520	0,179	0,172
Urbano	0,490	0,524	0,162	0,152
Rural	0,532	0,514	0,202	0,207
Ceará	0,493	0,493	0,170	0,168
Fortaleza	0,469	0,471	0,140	0,148
Urbano	0,484	0,502	0,176	0,173
Rural	0,526	0,512	0,199	0,193
Rio G. do Norte	0,468	0,482	0,125	0,126
Urbano	0,478	0,492	0,126	0,122
Rural	0,450	0,458	0,121	0,136
Paraíba	0,469	0,476	0,126	0,147
Urbano	0,461	0,487	0,103	0,149
Rural	0,479	0,446	0,171	0,141
Pernambuco	0,505	0,516	0,185	0,186
Recife	0,528	0,526	0,208	0,201
Urbano	0,485	0,526	0,161	0,176
Rural	0,490	0,484	0,181	0,172
Alagoas	0,442	0,485	0,136	0,165
Urbano	0,459	0,491	0,142	0,166
Rural	0,413	0,471	0,124	0,161
Sergipe	0,464	0,484	0,138	0,141
Urbano	0,485	0,508	0,135	0,147
Rural	0,426	0,401	0,145	0,117
Bahia	0,458	0,489	0,138	0,156
Salvador	0,494	0,501	0,162	0,164
Urbano	0,470	0,512	0,150	0,166
Rural	0,419	0,447	0,110	0,135
<b>Brasil</b>	0,447	0,463	0,097	0,104
Metropolitano	0,456	0,469	0,106	0,114
Urbano	0,441	0,462	0,088	0,094
Rural	0,449	0,455	0,111	0,119

**FONTE:** IBGE/ PNAD, 1999 (reponderado) e Tabulações Especiais

## Abstract

---

This article analyses the evolution of poverty incidence in the Northeast during the nineties, emphasizing its relative importance within the national context. The income-based poverty indicators show that the evolution in the Northeast followed the same trend as in the country as a whole, and, as a result, the Northeast maintained its unfavorable status in Brazil, practically the same as the one observed in 1992. Nevertheless, in the same period, there has been unmistakable improvement in access to urban services and durable goods in the Northeast as compared to Brazil, besides marked reduction in the differences between the poor and non-poor. Therefore, relative progress in the welfare of the Northeastern poor occurred from 1992 to 1999, although it cannot be perceived using the income indicators per se. The annex presents results for 1999 and 2001, using PNAD data reweighed on the basis of the Demographic Census.

### Key-words:

---

Poverty; Income; Brazilian Northeast; Living Conditions; Sanitation; Brazil-Northeast.

## 6 - REFERÊNCIAS

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable measures. *Econometrica*, v. 52, p.761-767, 1984.

HAGUENAARS, A.J.M. **The perception of poverty**. Amsterdam: North Holland, 1986.

MONTEIRO, C.; BENÍCIO, M.H., FREITAS, I.C.M.. **Melhoria em indicadores de saúde associados à pobreza no Brasil dos anos 90**. São Paulo: NUPENS/USP, 1997. (A trajetória do desenvolvimento social no Brasil, 1/9).

ROCHA, S. Caracterização da pobreza no Brasil. In: IPEA. **O Brasil no fim do século**: desafios e propostas para a ação governamental. Rio de Janeiro, 1994. p. 37-43.

Rocha, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997a.

ROCHA, S. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução 1981-1995. **Nova Economia**, v. 7, n. 2, p. 85-108, dez. 1997b.

Rocha, S. Pobreza no Brasil: principais tendências da espacialização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 1998, Vitória. **Anais...** Vitória, 1998. p. 1665-1682.

Rocha, S. Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI? **Economia**, v. 2, n. 1, p.73-106, jan./jul. 2001.

Rocha, S. **Pobreza no Nordeste**: a evolução nos últimos trinta anos. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

ROCHA, S. **Workfare programs in Brazil**: an evaluation of their performance. Geneva: ILO, 2000.

SABÓIA, A.L. **Indicadores sociais na década de 90**: uma proposta de índice síntese para desigualdades estaduais. In: ENCONTRO DA ABET, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: ABET, 2001. 1 CD-ROM.

WORLD BANK. **Brazil**: a poverty assessment. Washington, DC, 1995. 2 v.

---

Recebido para publicação em 10.JAN.2003

# ***ANEXOS***



# ANEXO - 1

## Valoração das Linhas de Pobreza

As linhas de pobreza utilizadas neste texto têm duas características básicas.

A primeira é que não são linhas de pobreza normativas, isto é, não refletem uma estrutura de consumo otimizado ou padrão, mas a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda a partir de pesquisas de orçamentos familiares. Assim, por exemplo, a composição da cesta alimentar reflete os hábitos e preferências das famílias em face da restrição de renda, sendo estabelecidas de modo a atender os requisitos nutricionais médios da população à qual se refere. Foram utilizadas linhas de pobreza derivadas da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 1987/1988, do IBGE). A descrição passo a passo da metodologia de construção desses parâmetros é apresentada em Rocha (1997a).

A segunda característica é que, reconhecendo que existem significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões e conforme o local de residência (metropolitano, urbano ou rural), foram estabelecidas linhas de pobreza que levam em conta esses diferenciais. Assim, com base nas cestas de consumo estabelecidas para cada região metropolitana, seus valores foram estimados ano a ano com base no Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE<sup>21</sup>.

A esse respeito é importante notar que somente para as regiões metropolitanas é possível acompanhar a evolução do custo de vida para os pobres, isto é, do valor da linha de pobreza, pois somente nelas são realizadas pesquisas de preços ao consumidor. Isto significa que pouco se sabe sobre custo de vida para os pobres em áreas urbanas não-metropolitanas e rurais. Com o objetivo de obter estimativas acerca da pobreza para o Brasil como um todo, supôs-se que os diferenciais de custo de vida entre áreas rurais, urbanas e metropolitanas para as

populações de baixa renda se mantiveram como observado, no ano-base. O conjunto de linhas de pobreza relativo a 1999 é apresentado na TABELA 13.

Dadas a distribuição da renda familiar *per capita* e a linha de pobreza, os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda apresentados no texto têm como objetivo informar sobre o nível e a evolução de diferentes aspectos relevantes do fenômeno. A medida proposta por Foster Greer e Thorbecke (1984) tem a vantagem de atender às propriedades desejáveis<sup>22</sup>, sendo, ao mesmo tempo, de operacionalização relativamente simples. Assim, se as rendas per capita forem ordenadas, tais que

<sup>21</sup>Para uma descrição detalhada da metodologia de construção das linhas de pobreza, ver Rocha (1997a).

<sup>22</sup> Para os requerimentos axiomáticos a serem satisfeitos pelas medidas de pobreza enquanto insuficiência de renda, ver Haguenaar (1986).

**TABELA 13**  
LINHAS DE POBREZA – 1992 E 1999

REGIÃO E ESTRATOS	1992		1999	
	EMCR\$	EMSAL.MIN.*	EMCR\$	EMSAL.MIN.*
Norte				
Belém	311.019,22	0,60	87,73	0,65
Urbano	271.115,45	0,52	76,48	0,56
Nordeste				
Fortaleza	330.337,47	0,63	88,58	0,65
Recife	461.350,31	0,88	128,78	0,95
Salvador	408.973,02	0,78	114,93	0,85
Urbano	282.395,42	0,54	78,15	0,57
Rural	170.333,75	0,33	47,14	0,35
Minas Gerais/Espírito Santo				
Belo Horizonte	373.016,86	0,71	109,78	0,81
Urbano	250.779,23	0,48	73,81	0,54
Rural	148.460,71	0,28	43,69	0,32
Rio de Janeiro				
Metrópole	449.740,34	0,86	130,74	0,96
Urbano	279.828,44	0,54	81,35	0,60
Rural	204.272,06	0,39	59,38	0,44
São Paulo				
Metrópole	519.964,61	1,00	167,97	1,24
Urbano	332.257,39	0,64	107,33	0,79
Rural	209.025,77	0,40	67,52	0,50
Sul				
Curitiba	364.165,55	0,70	106,55	0,78
Porto Alegre	294.534,41	0,56	83,51	0,61
Urbano	247.341,84	0,47	71,37	0,52
Rural	166.749,90	0,32	48,11	0,35
Centro				
Brasília	514.524,21	0,99	148,81	1,09
Goiânia	484.635,37	0,93	138,25	1,02
Urbano	369.001,37	0,71	105,26	0,77
Rural	211.931,05	0,41	60,46	0,44

FONTE: PNAD, (Tabulações Especiais)

\* Salário Mínimo Corrente

## ANEXO - 2

# Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda

$$y_1 \leq y_2 \leq \dots y_q < z < y_{q+1} \leq \dots \leq y_n,$$

onde  $z$  é a linha de pobreza,  $n$  é a população total e  $q$  o número de pobres, o índice de Foster, Greer e Thorbecke, chamado FGT a seguir, pode ser expresso como:

$$FGT_{\alpha} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^{\alpha}; \alpha \geq 0$$

O índice considera, portanto, a intensidade da pobreza, expressa pela medida relativa do hiato de renda para cada um dos indivíduos pobres,  $(z - y_i)/z$ . Esta razão é potencializada por  $\alpha$ , de acordo com a importância que se queira dar à intensidade da pobreza no índice. O somatório dos hiatos potencializados para toda a população pobre é normalizado pelo tamanho da população total.

Cabe notar que conforme varia o valor de  $\alpha$ , a medida FGT assume características interessantes, a saber:

a) Quando  $\alpha = 0$ , a questão da intensidade da pobreza não é levada em consideração e o FGT torna-se igual à proporção de pobres na população total ( $H$ ). Assim:

$$FGT_{\alpha=0} = \frac{q}{n} = H$$

Esta medida simples é normalmente criticada por limitar-se apenas ao número de pobres na população, sem levar em conta quão pobres eles são ou os aspectos ligados à desigualdade de renda entre eles.

b) Quando  $\alpha = 1$ , leva-se em conta simultaneamente a proporção de pobres e a intensidade da pobreza através da razão do hiato de renda, que pode ser expressa alternativamente como

$$I = \frac{z - \bar{y}}{z}$$

onde  $\bar{y}$  é a renda média dos pobres. Então

$$FGT_{\alpha=1} = H * I$$

Assim, embora esta medida seja melhor do que as suas componentes isoladamente, ela apresenta a desvantagem de não incorporar a desigualdade de renda entre os pobres, já que considera apenas a sua renda média.

c) Quando  $\alpha \geq 2$ , também os aspectos da desigualdade de renda entre os pobres são levados em conta, na medida que se potencializam os valores dos hiatos de renda. Naturalmente, quanto maior for o valor de  $\alpha$ , maior o peso atribuído ao componente de desigualdade de renda no indicador de pobreza.

Ao considerar simultaneamente a proporção de pobres, o hiato de renda e a desigualdade de renda entre os pobres, o FGT para  $\alpha = 2$  foi referido no texto como hiato quadrático. Além das vantagens computacionais, que não cabe explicitar nesta nota, este índice sintético facilita a análise evolutiva da pobreza enquanto insuficiência de renda, especialmente quando índices relativos aos três aspectos da pobreza apresentam evoluções em direções opostas, o que ocorre frequentemente.



# ANEXO - 3

**TABELA 14**  
INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,  
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE - 1992

ESTADOS/ ESTRATOS	NÚMERO DE POBRES	PART.NO BRASIL (%)	PROPORÇÃO DE POBRES	RAZÃO DO HIATO	HIATO QUADRÁTICO	POBRES + NÃO-POBRES
Maranhão	2.092.655	3,40	0,6134	0,55	0,24	3.411.448
Urbano	1.234.960	2,00	0,6989	0,55	0,27	1.766.983
Rural	857.695	1,39	0,5216	0,55	0,20	1.644.465
Piauí	1.797.543	2,92	0,7085	0,60	0,31	2.537.213
Urbano	929.824	1,51	0,6570	0,56	0,25	1.415.342
Rural	867.719	1,41	0,7735	0,64	0,37	1.121.871
Ceará	4.296.143	6,97	0,6819	0,55	0,26	6.300.399
Fortaleza	1.349.097	2,19	0,5812	0,50	0,18	2.321.223
Urbano	1.163.230	1,89	0,6924	0,56	0,27	1.680.105
Rural	1.783.816	2,90	0,7759	0,58	0,32	2.299.071
Rio G. do Norte	1.456.660	2,36	0,6035	0,50	0,20	2.413.835
Urbano	886.818	1,44	0,5716	0,51	0,19	1.551.464
Rural	569.842	0,92	0,6608	0,48	0,21	862.371
Paraíba	1.999.244	3,25	0,6485	0,55	0,25	3.082.852
Urbano	1.172.385	1,90	0,5970	0,52	0,20	1.963.823
Rural	826.859	1,34	0,7389	0,60	0,32	1.119.029
Pernambuco	4.685.439	7,61	0,6652	0,56	0,25	7.044.139
Recife	1.937.341	3,14	0,6861	0,58	0,27	2.823.739
Urbano	1.657.193	2,69	0,6519	0,52	0,23	2.542.255
Rural	1.090.905	1,77	0,6501	0,58	0,26	1.678.145
Alagoas	1.376.850	2,23	0,5486	0,49	0,17	2.509.608
Urbano	816.721	1,33	0,5396	0,51	0,18	1.513.585
Rural	560.129	0,91	0,5624	0,47	0,16	996.023
Sergipe	803.137	1,30	0,5485	0,49	0,17	1.464.369
Urbano	528.082	0,86	0,5304	0,50	0,17	995.578
Rural	275.055	0,45	0,5867	0,49	0,17	468.791
Bahia	7.107.303	11,54	0,6266	0,51	0,20	11.342.859
Salvador	1.354.240	2,20	0,5607	0,50	0,18	2.415.327
Urbano	2.840.267	4,61	0,6245	0,51	0,20	4.548.002
Rural	2.912.796	4,73	0,6651	0,51	0,22	4.379.530
NORDESTE	25.614.974	41,58	0,6387	0,53	0,23	40.106.722
Metropolitano	4.640.678	7,53	0,6138	0,53	0,22	7.560.289
Urbano	11.229.480	18,23	0,6247	0,53	0,22	17.977.137
Rural	9.744.816	15,82	0,6689	0,55	0,25	14.569.296
BRASIL	61.607.167	100	0,4400	0,48	0,14	140.011.407

FONTE: PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

**TABELA 15**  
**INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,**  
**SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE – 1993**

<b>ESTADOS/ ESTRATOS</b>	<b>NÚMERO DE POBRES</b>	<b>PART. NO BRASIL (%)</b>	<b>PROPORÇÃO DE POBRES</b>	<b>RAZÃO DO HIATO</b>	<b>HIATO QUADRÁTICO</b>	<b>POBRES + NÃO-POBRES</b>
Maranhão	3.050.072	4,87	0,6737	0,57	0,26	4.527.228
Urbano	1.420.821	2,27	0,6975	0,55	0,26	2.037.108
Rural	1.629.251	2,60	0,6543	0,58	0,26	2.490.120
Piauí	1.666.756	2,66	0,6589	0,57	0,26	2.529.466
Urbano	872.270	1,39	0,6104	0,55	0,23	1.429.105
Rural	794.486	1,27	0,7220	0,59	0,30	1.100.361
Ceará	4.093.070	6,54	0,6562	0,54	0,24	6.237.227
Fortaleza	1.380.316	2,21	0,5846	0,49	0,18	2.361.083
Urbano	1.189.749	1,90	0,6793	0,54	0,25	1.751.405
Rural	1.523.005	2,43	0,7168	0,59	0,30	2.124.739
Rio G. do Norte	1.432.942	2,29	0,5960	0,49	0,19	2.404.448
Urbano	900.345	1,44	0,5741	0,50	0,18	1.568.224
Rural	532.597	0,85	0,6369	0,47	0,19	836.224
Paraíba	1.928.603	3,08	0,6074	0,55	0,23	3.174.948
Urbano	1.120.669	1,79	0,5491	0,52	0,19	2.040.984
Rural	807.934	1,29	0,7125	0,60	0,30	1.133.964
Pernambuco	4.334.719	6,93	0,6631	0,57	0,26	6.537.094
Recife	1.890.428	3,02	0,6855	0,60	0,29	2.757.887
Urbano	1.494.056	2,39	0,6251	0,52	0,21	2.389.992
Rural	950.235	1,52	0,6840	0,59	0,28	1.389.215
Alagoas	1.585.809	2,53	0,6324	0,53	0,22	2.507.544
Urbano	934.608	1,49	0,6023	0,53	0,21	1.551.705
Rural	651.201	1,04	0,6813	0,52	0,23	955.839
Sergipe	805.919	1,29	0,5453	0,48	0,16	1.477.857
Urbano	529.570	0,85	0,5136	0,48	0,15	1.031.011
Rural	276.349	0,44	0,6184	0,47	0,18	446.846
Bahia	7.255.027	11,59	0,6312	0,51	0,21	11.493.622
Salvador	1.467.722	2,34	0,5899	0,54	0,21	2.487.931
Urbano	2.804.522	4,48	0,6182	0,52	0,21	4.536.813
Rural	2.982.783	4,77	0,6675	0,50	0,21	4.468.878
NORDESTE	26.152.917	41,78	0,6396	0,54	0,23	40.889.434
Metropolitano	4.738.466	7,57	0,6229	0,55	0,23	7.606.901
Urbano	11.266.610	18,00	0,6144	0,53	0,21	18.336.347
Rural	10.147.841	16,21	0,6790	0,55	0,25	14.946.186
BRASIL	62.592.642	100	0,4409	0,47	0,13	141.960.532

**FONTE:** PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

**TABELA 16**  
**INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,**  
**SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE – 1995**

<b>ESTADOS/ ESTRATOS</b>	<b>NÚMERO DE POBRES</b>	<b>PART. NO BRASIL (%)</b>	<b>PROPORÇÃO DE POBRES</b>	<b>RAZÃO DO HIATO</b>	<b>HIATO QUADRÁTICO</b>	<b>POBRES + NÃO-POBRES</b>
Maranhão	2.785.198	5,68	0,5594	0,52	0,19	4.978.696
Urbano	1.306.364	2,66	0,5930	0,52	0,20	2.203.085
Rural	1.478.834	3,01	0,5328	0,52	0,18	2.775.611
Piauí	1.447.308	2,95	0,5508	0,52	0,19	2.627.545
Urbano	727.696	1,48	0,4901	0,47	0,15	1.484.802
Rural	719.612	1,47	0,6297	0,57	0,26	1.142.743
Ceará	3.586.785	7,31	0,5419	0,48	0,16	6.618.771
Fortaleza	1.154.755	2,35	0,4602	0,45	0,13	2.509.170
Urbano	1.029.732	2,10	0,5636	0,49	0,18	1.827.239
Rural	1.402.298	2,86	0,6144	0,50	0,19	2.282.362
Rio G. do Norte	1.065.303	2,17	0,4255	0,44	0,11	2.503.965
Urbano	668.233	1,36	0,4185	0,43	0,11	1.596.709
Rural	397.070	0,81	0,4377	0,45	0,12	907.256
Paraíba	1.504.963	3,07	0,4613	0,46	0,13	3.262.716
Urbano	846.056	1,72	0,3989	0,42	0,10	2.120.808
Rural	658.907	1,34	0,5770	0,50	0,19	1.141.908
Pernambuco	3.799.377	7,75	0,5384	0,46	0,15	7.056.850
Recife	1.632.336	3,33	0,5701	0,50	0,18	2.863.186
Urbano	1.335.304	2,72	0,5064	0,42	0,12	2.636.709
Rural	831.737	1,70	0,5342	0,45	0,15	1.556.955
Alagoas	1.287.168	2,62	0,4967	0,44	0,13	2.591.611
Urbano	820.040	1,67	0,4927	0,47	0,14	1.664.563
Rural	467.128	0,95	0,5039	0,39	0,11	927.048
Sergipe	658.074	1,34	0,4682	0,47	0,14	1.405.476
Urbano	462.425	0,94	0,4610	0,48	0,14	1.003.148
Rural	195.649	0,40	0,4863	0,45	0,13	402.328
Bahia	6.196.400	12,63	0,5225	0,47	0,15	11.858.292
Salvador	1.300.672	2,65	0,5082	0,49	0,15	2.559.363
Urbano	2.692.376	5,49	0,5409	0,48	0,16	4.978.076
Rural	2.203.352	4,49	0,5099	0,45	0,14	4.320.853
NORDESTE	22.330.576	45,52	0,5205	0,48	0,15	42.903.922
Metropolitano	4.087.763	8,33	0,5154	0,48	0,16	7.931.719
Urbano	9.888.226	20,16	0,5067	0,47	0,15	19.515.139
Rural	8.354.587	17,03	0,5405	0,48	0,16	15.457.064
BRASIL	49.053.437	100	0,3323	0,45	0,09	147.621.783

**FONTE:** PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

**TABELA 17**  
**INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,**  
**SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE – 1996**

<b>ESTADOS/ ESTRATOS</b>	<b>NÚMERO DE POBRES</b>	<b>PART. NO BRASIL (%)</b>	<b>PROPORÇÃO DE POBRES</b>	<b>RAZÃO DO HIATO</b>	<b>HIATO QUADRÁTICO</b>	<b>POBRES + NÃO-POBRES</b>
Maranhão	2.824.460	5,54	0,5502	0,48	0,16	5.133.574
Urbano	1.387.950	2,72	0,6011	0,48	0,19	2.309.088
Rural	1.436.510	2,82	0,5086	0,47	0,15	2.824.486
Piauí	1.510.673	2,97	0,5742	0,53	0,21	2.631.168
Urbano	796.484	1,56	0,5197	0,51	0,18	1.532.541
Rural	714.189	1,40	0,6501	0,54	0,25	1.098.627
Ceará	3.759.268	7,38	0,5563	0,50	0,18	6.757.255
Fortaleza	1.178.159	2,31	0,4621	0,47	0,14	2.549.429
Urbano	1.065.938	2,09	0,5709	0,49	0,18	1.867.277
Rural	1.515.171	2,97	0,6474	0,53	0,23	2.340.549
Rio G. do Norte	1.077.756	2,12	0,4242	0,44	0,11	2.540.982
Urbano	635.242	1,25	0,3953	0,48	0,11	1.607.125
Rural	442.514	0,87	0,4739	0,40	0,11	933.857
Paraíba	1.522.896	2,99	0,4660	0,47	0,14	3.267.742
Urbano	862.931	1,69	0,4084	0,45	0,11	2.113.086
Rural	659.965	1,30	0,5716	0,50	0,19	1.154.656
Pernambuco	3.777.953	7,42	0,5492	0,49	0,17	6.878.490
Recife	1.465.158	2,88	0,5625	0,51	0,18	2.604.714
Urbano	1.465.358	2,88	0,5359	0,48	0,16	2.734.659
Rural	847.437	1,66	0,5506	0,49	0,18	1.539.117
Alagoas	1.313.702	2,58	0,5128	0,47	0,15	2.561.609
Urbano	794.508	1,56	0,4991	0,49	0,15	1.591.806
Rural	519.194	1,02	0,5354	0,44	0,15	969.803
Sergipe	691.674	1,36	0,4517	0,44	0,12	1.531.386
Urbano	463.169	0,91	0,4200	0,45	0,12	1.102.919
Rural	228.505	0,45	0,5333	0,42	0,14	428.467
Bahia	6.425.970	12,61	0,5442	0,51	0,19	11.808.133
Salvador	1.289.870	2,53	0,5069	0,51	0,17	2.544.603
Urbano	2.776.428	5,45	0,5444	0,52	0,19	5.100.378
Rural	2.359.672	4,63	0,5668	0,51	0,19	4.163.152
NORDESTE	22.904.352	44,96	0,5313	0,49	0,17	43.110.339
Metropolitano	3.933.187	7,72	0,5109	0,50	0,16	7.698.746
Urbano	10.248.008	20,12	0,5135	0,49	0,16	19.958.879
Rural	8.723.157	17,12	0,5645	0,49	0,18	15.452.714
BRASIL	50.940.341	100	0,3413	0,45	0,10	149.266.962

**FONTE:** PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

**TABELA 18**  
**INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,**  
**SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE – 1997**

<b>ESTADOS/ ESTRATOS</b>	<b>NÚMERO DE POBRES</b>	<b>PART. NO BRASIL (%)</b>	<b>PROPORÇÃO DE POBRES</b>	<b>RAZÃO DO HIATO</b>	<b>HIATO QUADRÁTICO</b>	<b>POBRES + NÃO-POBRES</b>
Maranhão	3.117.689	6,01	0,5957	0,53	0,21	5.233.357
Urbano	1.389.079	2,68	0,6113	0,51	0,20	2.272.385
Rural	1.728.610	3,33	0,5838	0,55	0,22	2.960.972
Piauí	1.544.389	2,98	0,5883	0,52	0,21	2.625.074
Urbano	833.163	1,61	0,5411	0,50	0,18	1.539.679
Rural	711.226	1,37	0,6553	0,55	0,25	1.085.395
Ceará	3.757.406	7,25	0,5488	0,49	0,17	6.846.762
Fortaleza	1.183.291	2,28	0,4542	0,44	0,12	2.605.210
Urbano	1.167.837	2,25	0,5817	0,53	0,21	2.007.637
Rural	1.406.278	2,71	0,6295	0,50	0,21	2.233.915
Rio G. do Norte	1.055.067	2,04	0,4183	0,46	0,12	2.522.423
Urbano	626.412	1,21	0,3722	0,48	0,11	1.682.953
Rural	428.655	0,83	0,5106	0,43	0,13	839.470
Paraíba	1.554.997	3,00	0,4735	0,47	0,14	3.284.373
Urbano	885.391	1,71	0,4068	0,45	0,11	2.176.612
Rural	669.606	1,29	0,6045	0,51	0,20	1.107.761
Pernambuco	4.006.350	7,73	0,5565	0,48	0,17	7.199.670
Recife	1.682.036	3,24	0,5779	0,52	0,20	2.910.681
Urbano	1.439.002	2,78	0,5240	0,44	0,14	2.746.094
Rural	885.312	1,71	0,5738	0,46	0,16	1.542.895
Alagoas	1.256.778	2,42	0,4778	0,46	0,14	2.630.609
Urbano	791.961	1,53	0,4636	0,47	0,14	1.708.203
Rural	464.817	0,90	0,5039	0,44	0,14	922.406
Sergipe	695.449	1,34	0,4609	0,48	0,14	1.508.882
Urbano	490.131	0,95	0,4451	0,49	0,14	1.101.065
Rural	205.318	0,40	0,5035	0,47	0,15	407.817
Bahia	6.326.277	12,20	0,5162	0,46	0,14	12.255.794
Salvador	1.295.882	2,50	0,4859	0,49	0,15	2.667.092
Urbano	2.715.409	5,24	0,5352	0,47	0,15	5.073.984
Rural	2.314.986	4,47	0,5128	0,43	0,13	4.514.718
NORDESTE	23.314.402	44,98	0,5286	0,48	0,16	44.106.944
Metropolitano	4.161.209	8,03	0,5085	0,49	0,16	8.182.983
Urbano	10.338.385	19,94	0,5091	0,48	0,16	20.308.612
Rural	8.814.808	17,01	0,5645	0,48	0,17	15.615.349
BRASIL	51.836.009	100	0,3409	0,45	0,10	152.062.381

**FONTE:** PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

**TABELA 19**  
**INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,**  
**SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE – 1998**

<b>ESTADOS/ ESTRATOS</b>	<b>NÚMERO DE POBRES</b>	<b>PART. NO BRASIL (%)</b>	<b>PROPORÇÃO DE POBRES</b>	<b>RAZÃO DO HIATO</b>	<b>HIATO QUADRÁTICO</b>	<b>POBRES+ NÃO-POBRES</b>
Maranhão	2.998.700	5,85	0,5634	0,47	0,16	5.322.242
Urbano	1.229.010	2,40	0,5481	0,46	0,15	2.242.277
Rural	1.769.690	3,45	0,5746	0,49	0,17	3.079.965
Piauí	1.479.710	2,89	0,5510	0,49	0,17	2.685.357
Urbano	775.094	1,51	0,4921	0,50	0,16	1.575.052
Rural	704.616	1,37	0,6346	0,48	0,18	1.110.305
Ceará	3.598.815	7,02	0,5286	0,48	0,16	6.808.829
Fortaleza	1.179.480	2,30	0,4443	0,47	0,13	2.654.664
Urbano	1.110.277	2,17	0,5396	0,50	0,17	2.057.653
Rural	1.309.058	2,55	0,6244	0,47	0,17	2.096.512
Rio G. do Norte	1.073.888	2,09	0,4125	0,42	0,10	2.603.471
Urbano	681.331	1,33	0,4023	0,45	0,11	1.693.556
Rural	392.557	0,77	0,4314	0,38	0,09	909.915
Paraíba	1.458.709	2,84	0,4383	0,44	0,11	3.328.474
Urbano	848.283	1,65	0,3869	0,45	0,11	2.192.658
Rural	610.426	1,19	0,5374	0,44	0,13	1.135.816
Pernambuco	3.741.113	7,30	0,5296	0,49	0,17	7.063.504
Recife	1.653.638	3,22	0,5765	0,54	0,21	2.868.536
Urbano	1.275.620	2,49	0,4724	0,44	0,12	2.700.325
Rural	811.855	1,58	0,5432	0,45	0,16	1.494.643
Alagoas	1.334.142	2,60	0,4971	0,45	0,14	2.684.005
Urbano	834.036	1,63	0,4800	0,46	0,14	1.737.504
Rural	500.106	0,98	0,5284	0,44	0,14	946.501
Sergipe	647.692	1,26	0,4194	0,47	0,13	1.544.210
Urbano	459.984	0,90	0,4082	0,47	0,12	1.126.819
Rural	187.708	0,37	0,4497	0,49	0,14	417.391
Bahia	6.021.854	11,74	0,4874	0,46	0,14	12.354.718
Salvador	1.204.552	2,35	0,4546	0,49	0,14	2.649.409
Urbano	2.543.326	4,96	0,4965	0,46	0,14	5.122.820
Rural	2.273.976	4,43	0,4962	0,46	0,14	4.582.489
NORDESTE	22.354.623	43,59	0,5035	0,47	0,15	44.394.810
Metropolitano	4.037.670	7,87	0,4940	0,50	0,16	8.172.609
Urbano	9.756.961	19,03	0,4771	0,46	0,14	20.448.664
Rural	8.559.992	16,69	0,5427	0,46	0,15	15.773.537
BRASIL	51.281.949	100	0,3343	0,45	0,09	153.407.919

**FONTE:** PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

**TABELA 20**  
**INDICADORES DE POBREZA ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA,**  
**SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E ESTRATOS DA REGIÃO NORDESTE – 1999**  
**(NÃO REPONDERADO)\***

<b>ESTADOS/ ESTRATOS</b>	<b>NÚMERO DE POBRES</b>	<b>PART. NO BRASIL (%)</b>	<b>PROPORÇÃO DE POBRES</b>	<b>RAZÃO DO HIATO</b>	<b>HIATO QUADRÁTICO</b>	<b>POBRES + NÃO-POBRES</b>
Maranhão	2.854.340	5,24	0,5298	0,44	0,13	5.387.429
Urbano	1.349.317	2,48	0,5735	0,45	0,15	2.352.670
Rural	1.505.023	2,76	0,4959	0,43	0,12	3.034.759
Piauí	1.454.643	2,67	0,5405	0,51	0,18	2.691.120
Urbano	806.264	1,48	0,5213	0,49	0,16	1.546.614
Rural	648.379	1,19	0,5665	0,53	0,20	1.144.506
Ceará	3.696.498	6,79	0,5327	0,49	0,17	6.939.071
Fortaleza	1.286.312	2,36	0,4790	0,47	0,14	2.685.256
Urbano	1.151.038	2,11	0,5719	0,48	0,18	2.012.685
Rural	1.259.148	2,31	0,5618	0,53	0,20	2.241.130
Rio G. do Norte	1.099.011	2,02	0,4172	0,47	0,12	2.633.964
Urbano	703.940	1,29	0,4060	0,48	0,13	1.733.974
Rural	395.071	0,73	0,4390	0,45	0,12	899.990
Paraíba	1.468.622	2,70	0,4404	0,47	0,13	3.334.385
Urbano	801.339	1,47	0,3640	0,46	0,10	2.201.414
Rural	667.283	1,23	0,5890	0,48	0,17	1.132.971
Pernambuco	4.012.959	7,37	0,5634	0,51	0,18	7.123.118
Recife	1.796.900	3,30	0,5962	0,53	0,21	3.014.003
Urbano	1.414.538	2,60	0,5215	0,48	0,16	2.712.576
Rural	801.521	1,47	0,5739	0,49	0,18	1.396.539
Alagoas	1.405.792	2,58	0,5188	0,44	0,14	2.709.478
Urbano	893.929	1,64	0,5062	0,46	0,14	1.765.885
Rural	511.863	0,94	0,5425	0,41	0,12	943.593
Sergipe	728.586	1,34	0,4548	0,46	0,14	1.601.962
Urbano	471.591	0,87	0,4123	0,48	0,13	1.143.753
Rural	256.995	0,47	0,5609	0,43	0,14	458.209
Bahia	6.159.068	11,31	0,4916	0,46	0,14	12.528.197
Salvador	1.353.611	2,49	0,5023	0,49	0,16	2.694.700
Urbano	2.625.848	4,82	0,5051	0,47	0,15	5.198.401
Rural	2.179.609	4,00	0,4702	0,42	0,11	4.635.096
NORDESTE	22.879.519	42,03	0,5090	0,47	0,15	44.948.724
Metropolitano	4.436.823	8,15	0,5286	0,50	0,17	8.393.959
Urbano	10.217.804	18,77	0,4944	0,47	0,15	20.667.972
Rural	8.224.892	15,11	0,5177	0,46	0,14	15.886.793
BRASIL	54.440.071	100,00	0,3495	0,45	0,10	155.787.756

**FONTE:** PNAD. Tabulações Especiais com base em linhas de pobreza derivadas da POF

\* A respeito de resultados não-reponderados e reponderados para 1999, ver nota 18